



EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 011/2022

**RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTO DA DF-001 - RECANTO DAS EMAS - TRECHO DE
1,106KM**

ABERTURA DIA 04 DE OUTUBRO DE 2022 ÀS 10h

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DIRETORIA DE MATERIAIS E SERVIÇOS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 011/2022

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF torna público **que às 10 horas do dia 04 de outubro de 2022**, no **Auditório do Edifício Sede**, no Setor de Administração Municipal, Bloco "C", Térreo, fará realizar licitação do tipo menor preço, na modalidade de **Concorrência**, sob a forma de empreitada por preço unitário, devidamente autorizada pelo Presidente, para execução das obras objeto deste Edital, de conformidade com o que consta no Processo SEI nº **00113-00015171/2022-99**, mediante as condições constantes deste Edital sob a regência da Lei n. 8.666/93, Leis Distritais nºs 4.611/2011, 4.770/2012 e 6.112/2018 e Decreto Distrital nº 35.592/2014.

Na hipótese de não haver expediente na data acima fixada, a licitação será realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local.

I - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução das obras de Restauração da DF-001 (Recanto das Emas), no trecho entre a BR-060 e a DF-065, com extensão de 1,106 km, contemplando os serviços de terraplenagem, pavimentação da rodovia e das baias de ônibus, reposicionamento de abrigo de ônibus, drenagem, sinalização horizontal e vertical, obras complementares e canteiro de obras, tudo de acordo com as especificações do Edital e seus anexos, com valor previsto de **R\$ 8.386.326,92 (oito milhões, trezentos e oitenta e seis mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos)**.

II - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

2.1. Poderá participar da presente licitação, toda e qualquer licitante que satisfaça as condições do presente Edital, e cujo objetivo social da empresa expresso no Estatuto ou Contrato Social, especifique atividade pertinente e compatível com o objeto desta Concorrência. Não poderão participar desta Concorrência:

a) empresas que estejam temporariamente impedidas de licitar ou contratar com esta Administração;

b) empresas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas ou punidas com suspensão do direito de licitar, pela Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade da declaração de superveniência de fato impeditivo à habilitação.

c) empresas entre cujos dirigentes, sócios gerentes, sócios detentores de parcelas do Capital Social, responsáveis técnicos, haja alguém que seja dirigente ou servidor do DER/DF ou do Complexo Administrativo do GDF, ou que o tenha sido até a data da publicação do presente ato convocatório;

d) pessoa física que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como subcontratada ou representante legal de outra licitante.

2.2. Deficiência no atendimento aos requisitos para apresentação da documentação e proposta correrão por conta e risco da licitante, podendo implicar na sua inabilitação e/ou desclassificação.

2.3. Não será permitido consórcio.

2.4. A impugnação perante o DER/DF, por licitantes, dos termos do presente Edital, por irregularidades, deverá se efetivar até o **segundo dia útil** anterior à data fixada para a realização da licitação, sob pena de decadência do direito de impugnação posterior.

2.5. A impugnação perante o DER/DF, por terceiros, dos termos do presente Edital, por irregularidades, deverá se efetivar até o **quinto dia útil** anterior à data fixada para a realização da licitação, sob pena de decadência do direito de impugnação posterior, devendo o DER/DF julgar e responder em até 03 (três) dias úteis.

III - DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS

3.1. O DER/DF iniciará o recebimento dos envelopes no dia e hora fixados neste Edital, devendo a licitante apresentar sua **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e sua **PROPOSTA DE PREÇOS** em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e indevassáveis, endereçados à **COMISSÃO JULGADORA PERMANENTE**, contendo, obrigatoriamente, em suas partes externas e frontais, clara e visivelmente, além da razão social da licitante, os dizeres:

CONCORRÊNCIA Nº 011/2022 - ENVELOPE N. 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO;

CONCORRÊNCIA Nº 011/2022 - ENVELOPE N. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS.

3.2. As licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando supérfluos, e/ou em duplicidade.

3.3. As licitantes poderão apresentar os documentos solicitados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, desde que absolutamente legíveis.

3.3.1. Na hipótese de cópia sem autenticação, a própria Comissão, na fase de habilitação, à vista do original, autenticará.

DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE N. 01

3.4. O envelope n. 01, com o título **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, deverá conter, **sob pena de inabilitação**, em sua única via, os seguintes documentos, em plena validade e atendendo as seguintes exigências:

3.4.1. Habilitação Jurídica:

3.4.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual.

3.4.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores.

a) Obs.: Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3.4.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

3.4.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.4.2. Habilitação relativa à regularidade fiscal e trabalhista:

3.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

3.4.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

3.4.2.3. Empresas sediadas, domiciliadas ou com filial no Distrito Federal, deverão apresentar prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal (Certidão Negativa de Débitos para com o Distrito Federal).

3.4.2.4. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.4.2.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

3.4.2.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

3.4.2.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, Municipal ou Distrital da sede da licitante.

3.4.3. Habilitação relativa à qualificação técnica:

3.4.3.1. Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA do Estado onde a Empresa tem a sua sede, comprovando a sua regularidade e a do (s) seu (s) responsável (is). Para o vencedor da licitação, caso não seja do Distrito Federal, será exigido o visto do CREA-DF.

3.4.3.2. Declaração de Responsabilidade Técnica, conforme anexo I, indicando o(s) Responsável(eis) Técnico(s):

a) todos os profissionais indicados na Declaração de Responsabilidade Técnica do Anexo I, deverão, obrigatoriamente, constar da Certidão de que trata o item 3.4.3.1.;

b) pelo menos 01 (um) profissional indicado com Responsável Técnico deverá ser detentor do(s) atestado(s) exigido(s) no subitem 3.4.3.3.;

c) é vedada indicação de um mesmo profissional como Responsável Técnico por mais de uma Empresa proponente, fato este que desqualificará todas as envolvidas.

3.4.3.3. Comprovação do Responsável Técnico da licitante: ter executado, a qualquer tempo obras compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado(s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) 8 pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da(s) Certidões de Acervo Técnico - CAT's e indicação da(s) Anotações de Responsabilidade Técnicas - ART's e - emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução do(s) seguinte(s) serviço(s):

1 - Pavimentação:

- Execução de Pavimento Asfáltico;
- Execução de base ou sub-base de solo melhorado.

3.4.3.4. Capacidade Operativa da empresa: comprovação que a licitante tenha executado, a qualquer tempo, serviços de obras compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão(ões) ou atestado(s). Os atestados deverão ser acompanhados das respectivas CAT(s) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional o nome da pessoa jurídica do licitante como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução nº 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

3.4.3.4.1. É admitido o somatório de atestados de capacidade técnica de uma mesma empresa para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos para habilitação técnica-operacional, consoante Decisão nº 1857/2014-TCDF.

3.4.3.4.2. Execução de Pavimento Asfáltico: 3.700 Ton.

3.4.3.4.3. Execução de base ou sub-base de solo melhorado: 1.600m³.

3.4.3.5. As empresas licitantes deverão apresentar a relação completa dos equipamentos a serem utilizados na execução e controle tecnológico das obras devendo conter, necessariamente, o tipo, a quantidade, marca, modelo, ano de fabricação e condições de uso. A relação deverá conter no mínimo:

3.4.3.5.1. Caminhão basculante com capacidade mínima de 14 m³ e potência de 323 kw;

3.4.3.5.2. Caminhão tanque com capacidade mínima 10.000 litros;

3.4.3.5.3. Rolo compactador pé de carneiro, vibratório, autopropelido, com potência mínima de 82 kw e massa de 11,6 ton.;

3.4.3.5.4. Motoniveladora com potência mínima - 93 kW;

3.4.3.5.5. Rolo compactador de pneus autopropelido com potência mínima 85kw e massa de 27 ton.;

3.4.3.5.6. Carregadeira de pneus com capacidade mínima de 3,3 m³ e potência de 213 kW;

3.4.3.5.7. Trator de esteiras com lâmina com potência mínima de 259 kW;

3.4.3.5.8. Vibro-acabadora de asfalto sobre esteiras com potência mínima de 82 kW;

3.4.3.5.9. Rolo compactador liso autopropelido vibratório com potência mínima de 97 kw e massa de 11 ton.;

3.4.3.5.10. Escavadeira hidráulica sobre esteira com caçamba com capacidade mínima de 1,5 m³ - 110 kW;

3.4.3.5.11. Caminhão tanque distribuidor de asfalto com capacidade de 6.000 litros – 7 KW/ 136 kW ;

3.4.3.5.12. Distribuidor de agregados autopropelido - 130 kW;

3.4.3.5.13. Retroescavadeira de pneus com potência mínima de 58 kW;

3.4.3.5.14. Tanque de estocagem de asfalto com capacidade mínima de 30.000 litros;

3.4.3.5.15. Caminhão carroceria com capacidade mínima de 5 ton. e potência de 115 kW.

3.4.3.6. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para cada um dos diferentes serviços, admitindo-se a soma de quantidades em diferentes atestados, com vista a alcançar as respectivas quantidades mínimas exigidas no item 3.4.3.4.

3.4.3.6.1. No caso de atestados, em nome de consórcios de que a licitante tenha participado, esses só serão aceitos e analisados se do teor dos respectivos atestados constem, especificamente, o percentual de participação, bem como os serviços e respectivas quantidades executadas por cada empresa consorciada.

3.4.3.6.2. Para efeito de qualificação técnica-operacional, será válido o somatório dos quantitativos de cada consorciado ou a apresentação isolada por um único consorciado.

3.4.4. Habilitação quanto à qualificação econômico-financeira:

3.4.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período, do INPC ou de outro indicador que venha substituí-lo.

Observação: serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1 - publicados em Diário Oficial; ou

2 - publicados em Jornal; ou

3 - por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou

4 - por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

a) das empresas recém-constituídas será exigida a apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b) No caso específico de Sociedades do tipo S.A., o balanço e demonstrações contábeis deverão ser apresentados por publicação no Diário Oficial do DF ou Estado de origem;

c) A empresa que tenha optado pelo Lucro Presumido, para fins de imposto de renda, bem como as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, ficam também obrigadas a apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social.

3.4.4.2. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

3.4.4.3. Comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação constante deste Edital. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da documentação, admitida à atualização para esta data através de índices oficiais, através do Registro Comercial, ato constitutivo, do CRC da NOVACAP, estatuto ou contrato social.

3.4.5. Declaração expressa de:

a) estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, e de fornecer quaisquer informações complementares solicitados pelo DER/DF.

b) executar as obras de acordo com os Projetos e as especificações fornecidas pelo DER/DF, alocando todos os equipamentos, pessoal e material necessários, e de tomar todas as medidas para assegurar adequado controle de qualidade;

c) providenciar, a qualquer momento e por necessidade da obra, a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços, por solicitação do DER/DF, sem ônus de mobilização para este, em prazo compatível com a necessidade demonstrada;

d) responsabilizar-se por acidentes de trânsito ocorridos em área contígua a obra, decorrentes de sinalização diuturna e de dispositivos de segurança ineficazes e inadequados à execução da mesma.

3.4.6. Declaração, sob as penas da Lei, de que a licitante não se encontra na situação prevista nas alíneas “b” e “c” do subitem 2.1.

3.4.7. Declaração de cumprimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição. (Anexo III).

3.4.8. Comprovante da condição de representante legal da licitante, ou, procuração pública ou particular definindo representante e poderes, observado disposto no Art. 654 do Código Civil Brasileiro.

3.4.8.1. A falta do documento previsto no subitem 3.4.8. não inabilita a licitante, ficando, porém o representante não credenciado, impedido de qualquer interferência no processo licitatório.

3.4.9. Certidões que não contenham prazo de validade, terão eficácia de 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

3.4.10. Declaração de Visita Técnica, feita em formulário da licitante, de que um dos Responsáveis Técnicos, indicados no item 3.4.3.2, ou um representante legal da licitante com conhecimento técnico, tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação.

3.4.10.1. Caso haja mais de um lote na licitação, a Declaração de Visita poderá englobar em um único documento, todos os lotes visitados.

3.4.11. Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019 (anexo IV).

3.4.12. Declaração de Microempresa ou Pequeno Porte (anexo V).

3.4.13. Declaração de que atende aos requisitos previstos no artigo 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012. (anexo VI).

3.4.14. Conforme item 3.4 do Termo de Referência, as empresas licitantes deverão apresentar a relação completa da mão de obra a ser utilizada na execução dos serviços devendo conter, necessariamente, a qualificação do profissional, a quantidade e o padrão salarial em salários-mínimos vigentes. dispondo no mínimo de:

- Engenheiro Florestal;
- Técnico em Meio Ambiente;
- Engenheiro Supervisor;

- Engenheiro Auxiliar;
- Auxiliar Técnico;
- Almoxarife;
- Auxiliar de Laboratório (Solos e Asfalto);
- Auxiliar de Topografia;
- Encarregado de Pavimentação/Terraplenagem;
- Encarregado de Turma;
- Laboratorista (Solos e Asfalto);
- Técnico em Segurança do Trabalho;
- Topógrafo;
- Apontador;
- Porteiro;
- Vigia Diurno/Noturno.

3.4.15. Conter, se for o caso, declaração com a indicação da(s) entidade(s) preferencial(is) que será(ão) subcontratada(s) compulsoriamente com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores, dentro do envelope nº 01 - Documentação de Habilitação, observada a hipótese de dispensa da presente indicação constante do subitem 8.8.

3.4.16. Todos os profissionais indicados na Declaração de Responsabilidade Técnica, item 3.4.3.2 do Edital, deverão, obrigatoriamente, comprovar a condição de vínculo com a empresa licitante, na assinatura do contrato, em uma das seguintes condições:

- a) por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou;
- b) por meio de cópia autenticada da CTPS - Carteira de Trabalho ou cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da licitante, ou;
- c) por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário.

PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE N. 02

3.5. A proposta deverá ser apresentada nos termos do modelo constante do Anexo II em duas vias, datilografadas ou impressas eletronicamente, em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, em envelope lacrado e identificado com o n. 02, mencionando:

- a) o número da Concorrência;
- b) o número do CNPJ da firma;

- c) o coeficiente multiplicador “K” com 04 (quatro) casas decimais, sendo no máximo igual a 1,0000 (hum vírgula zero zero zero zero), a ser aplicado sobre os preços unitários constantes das planilhas de orçamento do DER-DF (Anexo VIII);
- d) o coeficiente proposto será usado como multiplicador em todos os casos, inclusive quando houver aditamento ao contrato;
- e) o percentual e o valor do ISS compreendido no preço dos serviços;
- f) o prazo de execução dos serviços, não superior a **90 (noventa) dias consecutivos**;
- g) o prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega dos envelopes da licitação.

3.5.1. Não será necessário que a licitante apresente planilha de custos no conjunto de sua proposta. A planilha de custos que vigorará será a apresentada pelo DER-DF (Anexo VIII), incidindo sobre a mesma o multiplicador “K” proposto pela licitante.

3.5.2. A proposta será acompanhada de cronograma físico-financeiro provisório em etapas de 30 dias conforme modelo (Anexo IX) e o disposto em 3.5 alínea “f”, devidamente assinado por profissional técnico competente, conforme o disposto na Lei nº 5194/66.

3.5.3. A licitante vencedora deverá no momento da assinatura do contrato, apresentar o cronograma definitivo devidamente aprovado pelo DER-DF, podendo ser revisto durante a execução da obra, segundo os interesses do DER-DF.

3.5.4. Declaração formal de que todos os impostos, taxas e encargos incidentes sobre os serviços deverão estar incluídos nos preços unitários da proposta.

3.5.5. A proposta de preços, os Cronogramas e os Anexos deverão conter folhas numeradas sequencialmente (nº da folha/nº total de folhas), assinadas a última de cada via e rubricadas as demais, por Diretor da licitante ou pessoa devidamente autorizada, e pelo Responsável Técnico indicado na relação de que trata o subitem 3.4.3.2. sobre carimbo ou outro meio idôneo que identifique a firma e o assinante.

3.5.6. Não será permitido consórcio.

3.5.7. Serão desclassificadas:

a) Propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessárias especificadas no ato convocatório da licitação.

b) Propostas com valores unitários superiores aos preços orçados pelo DER/DF;

c) Para os efeitos do disposto na alínea “a”, consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços e engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou
- valor orçado pela administração.

d) Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem aos subitens acima, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.

3.7.8. Todos os profissionais indicados na Declaração de Responsabilidade Técnica, item 3.4.3.2 do Edital, deverão, obrigatoriamente, comprovar a condição de vínculo com a empresa licitante, na assinatura do contrato, em uma das seguintes condições:

- a) por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou;
- b) por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho ou cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da licitante, ou;
- c) por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário.

3.5.9. Do Empate Ficto

a) Será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

b) Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço.

c) Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar no 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

c1) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, será convocada, pelo Presidente da CJP, para apresentar proposta de preço, já ajustada, inferior àquela considerada vencedora, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após comunicação formal do resultado ao interessado, sob pena de preclusão.

c2) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma prevista no subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1º do art. 44 da Lei Complementar no 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c3) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no § 1º do art. 44 da Lei Complementar no 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

c4) na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar no 123/2006, a empresa ofertante da proposta originalmente vencedora do certame será convocada para encaminhar proposta.

c5) o disposto no art. 45 da Lei Complementar no 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

d) Após aplicação da Lei Complementar 123/2006, havendo empate entre duas ou mais propostas, será efetuado sorteio em ato público, para o qual os licitantes envolvidos serão convocados.

IV - DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

4.1. No dia, hora e local especificados no subitem 1.1 deste Edital, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO receberá os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO e a PROPOSTA, numerando-os de acordo com a ordem de entrega. Após o Presidente da Comissão declarar encerrado o prazo de recebimento dos envelopes, nenhum outro documento será recebido:

a) Concluído o recebimento dos envelopes, terá início a abertura dos ENVELOPES N O 01, contendo a documentação de habilitação que será conferida e examinada pela COMISSÃO;

b) concluída a entrega, dos envelopes de DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, nenhum outro documento será recebido;

c) Todos os documentos e igualmente as propostas serão rubricadas pelos membros da COMISSÃO e pelos representantes legais das firmas licitantes, não cabendo posteriormente qualquer reclamação por parte daqueles que se abstiverem de rubricá-los;

d) Abertos os envelopes de nº 01, contendo a DOCUMENTAÇÃO, a COMISSÃO, poderá divulgar, na mesma ou em outra reunião, o resultado do exame da documentação, devolvendo às licitantes inabilitadas o segundo envelope (PROPOSTA), ainda fechado, mediante recibo, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação;

e) Serão inabilitadas as licitantes que não satisfizerem os requisitos exigidos para participação e habilitação nesta licitação;

f) Encerrada a fase de habilitação proceder-se-á a abertura dos ENVELOPES PROPOSTA das licitantes habilitadas, e lidos em voz alta os seus conteúdos, registrando-se em ata todas as ocorrências e declarações;

g) Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificá-las por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes;

- h) Nos termos do art. 40, inciso VI, c/c o art. 43 § 6º, da Lei nº 8.666/93, após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão;
- i) É facultado à COMISSÃO ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou de informações que deveriam constar originalmente nos envelopes 01 ou 02.
- j) Será inabilitada e/ou desclassificada a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido neste Edital.

V - DO JULGAMENTO

5.1. No julgamento das propostas, atendidas as exigências do presente Edital e seus Anexos, será procedido de acordo com tipo de licitação **menor preço** e considerar-se-á vencedora(s) a(s) licitante(s) que tiver(em) apresentado o menor “K” proposto, sobre a estimativa constante do item 1.1 deste Edital, sendo desclassificada a proposta que apresentar coeficiente “K” maior do que 1,0000 (hum vírgula zero zero zero zero) ou que utilizar coeficientes diferentes do descrito acima.

5.1.1. As PROPOSTAS DE PREÇOS serão retificadas quanto a erros aritméticos, da seguinte forma:

- a) discrepância entre valores grafados em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

5.2. No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, proceder-se-á conforme dispõe o parágrafo 2º, do artigo 45, da Lei n. 8.666/93.

VI - DO RESULTADO DO JULGAMENTO E DOS RECURSOS

6.1. O resultado da licitação, com o valor da proposta vencedora, será publicado no D.O.D.F., constituindo-se em intimação para efeito de recursos.

6.2. Dos atos da Comissão Julgadora Permanente, caberá recurso na forma do artigo 109, da Lei n. 8.666/93.

6.3. Os recursos deverão ser formalizados por escrito ao Presidente do DER/DF, através do Presidente da Comissão Julgadora Permanente e enviados ao e-mail: cjp@der.df.gov.br.

6.4. O resultado da licitação, será homologado nos termos do Inciso VI, Artigo 43 da Lei 8.666/93.

VII - DA DOTACÃO

7.1. A despesa correrá à conta do Programa de Trabalho 26.782.6216.1475.1199 (**)
RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS-RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO-DISTRITO
FEDERAL, ND 449051, ID-0, Fonte 732 – Contrato de Repasse nº 904395/2020/MDR/CAIXA.

VIII - DO CONTRATO

8.1. Homologado o resultado da licitação, convocar-se-á a adjudicatária para assinatura do instrumento contratual, na Diretoria de Contratos, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação.

8.1.1. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

8.1.2. O não comparecimento da adjudicatária para assinatura do contrato, implicará na perda do direito à contratação, sujeitando-a à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de sua proposta, conforme disposto no art. 81 da Lei n. 8.666/93.

8.1.3. Para assinatura do contrato, as contratadas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011. Empresa(s) de outro(s) Estado(s) que não tenha(m), filial ou representação no Distrito Federal poderá(ão), indicar conta corrente de outro banco, conforme Decreto n. 32.767/2011.

8.2. Atingindo o valor estimativo do contrato, os serviços só poderão ter continuidade se expressamente autorizados pelo DER-DF, mediante termo aditivo contratual com base no Artigo 65 da Lei 8.666/93.

8.3. Em período inferior a 01 (um) ano, os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com artigo 28, da Lei nº 9.069/95, ressalvada a hipótese prevista no art. 65, II, “d” da Lei n. 8.666/93. Ultrapassando esse período, os mesmos serão ser reajustados anualmente, nos termos da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, adotando-se o índice de Reajustamento de Obras Rodoviárias, da Fundação Getúlio Vargas.

8.3.1. O marco inicial para contagem da periodicidade de um ano, para efeito de reajuste, será a data base do orçamento.

8.4. O contrato poderá ser rescindido de acordo com o disposto no Artigo 78, da Lei 8.666/93, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que seja devida indenização de qualquer espécie à adjudicatária, e sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Se a licitante vencedora for de outra praça e não apresentar certidão do CREA do Distrito Federal, a certidão apresentada deverá ser obrigatoriamente visada pelo CREA-DF, de acordo com o Art. 69, da Lei 5.194 de 24-12-66 e resolução nº 265 de 15-12-79 do CONFEA.

8.6. Na assinatura do contrato deverá ser comprovada a disponibilidade dos equipamentos listados no item 3.4.3.3.

8.7. O adjudicatário, após a assinatura do contrato, a partir de 1º de janeiro de 2020, deverá implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica, conforme disposto na Lei 6.112/2018 e na Lei nº 6.308/2019.

8.7.1. para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa contratada, não cabendo ao órgão contratante o seu ressarcimento.

8.7.2. pelo descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa contratada:

I) multa de 0,08% por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitado a 10% do valor do contrato;

II) sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade contratante;

III) impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

8.7.3. a empresa que possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.

8.7.4. a implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 e aplica-se em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias.

8.8. SUBCONTRATAÇÃO

8.8.1. A critério exclusivo do DER-DF e mediante prévia e expressa autorização da Diretoria Colegiada do DER-DF, sob proposta da Superintendência interessada, o contrato poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30%, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

8.8.2. No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

8.8.3. A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante o DER-DF, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes desta licitação.

8.8.4. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre ao DER-DF e a Contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Autarquia e a subcontratada, inclusive no que pertine a medição e pagamento direto a subcontratada.

8.8.5. O DER-DF se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas, se submetam à comprovação de suficiência a ser por ele realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

8.8.6. Somente serão permitidas as subcontratações regularmente autorizadas pela Diretoria Colegiada do DER-DF, sendo causa de rescisão contratual aquela não devidamente formalizada por aditamento.

8.8.7. A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.

8.8.8. A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

8.8.9. A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

8.8.10. As empresas subcontratadas também devem comprovar, perante o DER-DF que estão em situação regular, fiscal e previdenciária e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no DER-DF.

8.8.11. Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso II da Lei Complementar Federal nº 123/2006 c/c art. 27 da Lei Distrital nº 4.611/2011 e art. 9º do Decreto Distrital nº 35.592/2014, a licitante vencedora subcontratará, compulsoriamente, entidade(s) preferencial(is), assim considerada(s) a(s) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte e microempreendedor(es) individual(is), nos exatos termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

8.8.12. Na fase de habilitação, o licitante deverá indicar a(s) entidade(s) preferencial(ais), mencionada(s) no item 8.8.11, que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores, conforme o Proposta de Preços, item III deste Edital.

8.8.13. Quando for menor que 30% o percentual indicado na declaração do item 3.4.15 a diferença será deduzida do percentual do item 8.9.

8.8.14. A CONTRATADA ficará responsável por verificar a habilitação das subcontratações que realizar, sem prejuízo da fiscalização sob responsabilidade do CONTRATANTE, e será responsável pelo adimplemento integral do contrato.

8.8.15. Assinado o contrato, serão emitidas as Notas de Empenho em favor da CONTRATADA e, no caso da(s) entidade(s) preferencial(is), subcontratadas compulsoriamente, também empenho direto em favor dessa(s).

8.8.16. No pagamento de cada etapa ou parcela, será verificada a regularidade com a seguridade social e o cumprimento das obrigações trabalhistas da contratada e da(s) subcontratada(s) em relação ao efetivo de pessoal que contratar.

8.8.17. No caso da(s) entidade(s) preferencial(is) subcontratada(s), será concedido, se necessário, o direito de saneamento a que se refere a Lei Distrital nº 4.611/2011.

8.8.18. A CONTRATADA deverá substituir a subcontratada, na parcela referente à subcontratação compulsória, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, salvo se demonstrar a inviabilidade da substituição.

8.8.19. A extinção da subcontratação que se refere o item anterior deverá ser justificada e comunicada à Administração no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

8.8.20. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, podendo recomendar ao CONTRATANTE, justificadamente, suspensão ou glosa de pagamentos.

8.8.21. Não se aplica a exigência de subcontratação compulsória:

a) quando o licitante for entidade preferencial.

8.8.22. Não poderá ser objeto de subcontratação os serviços constantes da habilitação técnico-operacional, constante no item 3.4.3 do Edital.

8.9. A Administração Local da obra será paga proporcional à execução financeira do objeto contratado, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, Decisão TCDF nº 3370/2017, Despacho Singular nº 132/2019 – GCMA, ratificado pela Decisão nº 2066/2020, e Acórdão TCU n.º 2.622/2013 – Plenário.

IX - DOS PRAZOS, DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O prazo total de execução das obras será de **90 (noventa) dias consecutivos** no máximo, contados do dia de recebimento da Ordem de Serviço.

9.2. A Ordem de Serviço será emitida após análise e aprovação dos projetos, orçamentos, ata de julgamento da licitação, homologação da licitação, cópia do contrato e do cronograma físico-financeiro.

9.3. O DER-DF designará fiscal para acompanhar a execução da obra, cabendo-lhe:

- a) verificar e informar se o custo e o andamento dos serviços se desenvolvem de acordo com a ordem de serviço, com o cronograma físico-financeiro definitivo, com os termos do contrato, do projeto, do orçamento, com as normas e especificações de serviços do DER-DF;
- b) efetuar as medições e atestar as faturas apresentadas ao DER-DF para pagamento, glosá-las ou devolvê-las quando apresentarem erros ou falta de documentação;
- c) solicitar ao chefe imediato, sempre que necessário parecer de especialista, relativo ao objeto do contrato e a quaisquer outras dúvidas inerentes à execução dos serviços;
- d) solicitar e acompanhar os ensaios tecnológicos dos serviços, visando os respectivos laudos;
- e) atestar o bom estado de conservação das placas da obra;
- f) entregar à chefia imediata o Livro de Ordem de Obras e demais documentos pertinentes à obra, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a sua conclusão;
- g) propor a suspensão das obras e serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação correspondente;
- h) solicitar aditamentos ao contrato antes do término do seu prazo de execução sob pena de responsabilidade por eventual extinção do contrato.

9.4. As relações mútuas entre o DER-DF e a CONTRATADA serão mantidas por intermédio da fiscalização.

9.5. A CONTRATADA não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, bem como de tudo o que estiver contido no projeto, nas normas, especificações e métodos citados.

9.6. Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

- a) efetuar o registro do contrato no CREA/DF, nos termos exigidos pela Lei n.º 6.496, de 07/12/77;
- b) providenciar, às suas expensas, toda a sinalização necessária à realização da obra;
- c) fornecer instalações adequadas à fiscalização;
- d) instalar placa(s) de acordo com o(s) modelo(s) fornecido(s) pelo DER-DF e no local indicado pela fiscalização, mantendo-a em bom estado de conservação durante toda a obra. Os títulos das placas serão determinados pela fiscalização.
- e) cumprir e fazer cumprir as normas sobre medicina e segurança do trabalho;
- f) recolher os tributos, taxas, impostos e contribuições sociais, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado;
- g) fornecer o Diário de Obras de acordo com o modelo do DER-DF;
- h) aceitar, nas mesmas condições contratuais, inclusive em relação ao preço, os acréscimos e supressões que se fizerem no objeto contratado, respeitado os limites indicados no Art. 65, § 1º da lei 8.666/93;

- i) remover, ao final da obra, o entulho e as sobras dos materiais, promovendo a limpeza da obra;
- j) responder pelos danos causados direta ou indiretamente ao DER-DF ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização do DER-DF;
- k) atender às determinações expressa da fiscalização;
- l) responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto licitado;
- m) manter o quadro de pessoal empregado na obra constituído de pessoas competentes, hábeis e disciplinadas, qualquer que seja a sua função, cargo ou atividade, registrado de acordo com a legislação vigente ter registro em carteira de trabalho;
- n) por acidentes de trânsito ocorrido em área contérmina à obra, decorrentes da falta de sinalização diuturna e de dispositivos de segurança adequados à execução da obra;
- o) para liberação da medição final, a contratada deverá apresentar o “AS BUIT” conforme padrão adotado pelo DER-DF.

9.7. O Diário de Obras, fornecido e mantido pela CONTRATADA, rubricado por ela e pela fiscalização diariamente, será único e deverá registrar, além dos fatos ocorridos na obra, todas as solicitações e decisões do DER-DF e da CONTRATADA, com as devidas justificativas.

X - DA GARANTIA

10.1. Para assinar o contrato, a adjudicatária deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, a preços iniciais, sob pena de decair do direito à contratação.

10.2. A garantia poderá ser realizada em uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro;
- b) caução em títulos da dívida pública;
- c) carta de fiança bancária, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002; e
- d) seguro garantia.

10.3 - A garantia prestada pela contratada ser-lhe-á restituída ou liberada 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos serviços, mediante requerimento ao Diretor-Geral do DER/DF.

XI - DAS PENALIDADES

11.1. Em caso de inexecução total ou parcial, ou qualquer outra inadimplência, a contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida prévia defesa, às penalidades previstas no artigo 87, incisos I a IV, da Lei n. 8.666/93.

11.2. No caso de multa prevista no Artigo 86 da Lei de Regência, observar-se-á o disposto no Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006 de 12/07/2006, 27.069/2006 de 14/08/2006 e 36.974/2015 de 14/12/2015.

XII - DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento dar-se-á na forma do artigo 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, podendo ocorrer em até 30 (trinta) dias, contados da data de emissão do respectivo ATESTADO DE EXECUÇÃO pela SUOBRA, por meio do BRB - Banco de Brasília S/A, via conta única do GDF.

12.2. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a licitante não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, o valor devido deverá ser atualizado financeiramente desde a data final do período de adimplemento de cada parcela, até a data do efetivo pagamento. A atualização será feita, tendo como base a variação do IPCA, ou outro indicador que venha substituí-lo, proporcionalmente aos dias de atraso.

12.3. Serão admitidas, desde que devidamente justificadas, compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

12.4. O DER/DF pagará à contratada, pelos serviços efetivamente executados, os preços integrantes da proposta aprovada. Fica expressamente estabelecido que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços de acordo com as condições previstas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração aos trabalhos contratados e executados.

12.5. A partir do segundo pagamento, as faturas deverão ser acompanhadas de comprovação de pagamento dos salários e Guias de recolhimento, pela contratada, dos encargos sociais relativas ao mês imediatamente anterior.

12.6. A contratada deverá provar, para fins do primeiro pagamento, a Anotação da Responsabilidade Técnica no CREA-DF, nos termos da Resolução n. 425, de 18.12.98, do CONFEA e apresentar comprovante de Cadastro Nacional de Obras junto à Receita Federal.

12.7. Para liquidação, as faturas serão apresentadas devidamente acompanhadas:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida da União, expedida pela

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em plena validade;

IV – A empresa sediada, domiciliada ou com filial no Distrito Federal, deverá apresenta, também, prova de quitação com a Fazenda do Distrito Federal (Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal);

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei 12.440/2011, em plena validade.

XIII - DO RECEBIMENTO DOS SERVICOS

13.1. Os serviços serão recebidos, após efetuada a limpeza total da área envolvida e formalmente comunicado ao DER/DF, o objeto do contrato será recebido por:

I - Responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada, em caráter provisório;

II - Servidor ou comissão, mediante termo circunstanciado, assinado entre as partes, em até 90 (noventa) dias, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, em caráter definitivo.

III - até o recebimento definitivo, a obra ficará em estágio de observação para comprovação da qualidade, resistência, segurança e conformidade com os projetos, especificações e dimensionamento e notadamente o que diz respeito a recomposição do meio ambiente (reurbanização).

13.2. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil pela segurança dos serviços, consoante Artigo 618 do Código Civil, nem a ética profissional pela perfeita execução do contrato.

13.3. A contratada entregará ao DER/DF, por ocasião da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, todos os documentos de legalização da obra, bem como o "AS BUILT" contendo eventuais modificações havidas no projeto básico, autorizadas pelo DER/DF, sendo em duas vias, meio físico ou digital.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Fazem parte integrante deste Edital, os seguintes documentos:

*Anexo I - Declaração de Responsabilidade Técnica;

*Anexo II - Carta Proposta de Preços;

*Anexo III - Modelo - Declaração de não empregar menor;

*Anexo IV - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019.

*Anexo V - Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

*Anexo VI - Declaração de que atende aos requisitos previstos no artigo 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

*Anexo VII - Termo de Referência para execução da obra;

*Anexo VIII - Quantitativos, orçamento estimativo com preços unitários;

*Anexo IX - Cronograma Financeiro;

*Anexo X - Minuta de Contrato.

14.2. A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e seus Anexos.

14.3. O DER/DF reserva-se o direito de revogar ou anular a presente Concorrência nas hipóteses previstas em lei, sem que caiba aos licitantes, direito a indenização ou reclamação de qualquer espécie.

14.4. Será exercida ampla fiscalização sobre os serviços contratados, por intermédio de Técnicos devidamente credenciados do DER/DF, devendo a(s) contratada(s) facilitar-lhes o acesso a qualquer dia e hora, fornecendo informações e esclarecimentos e acatando recomendações e restrições.

14.5. Reserva-se à Fiscalização do DER/DF o direito de exigir da contratada o afastamento de qualquer empregado que, a seu juízo, esteja embaraçando a execução dos trabalhos, bem como de qualquer equipamento que não esteja em condições de uso.

14.5.1. Quaisquer Responsáveis Técnicos integrantes da documentação capitulada em 3.4 somente poderão ser substituídos, para execução do contrato, por profissionais devidamente habilitados e detentores de acervos técnicos equivalentes.

14.5.2. A contratada deverá manter seus empregados devidamente identificados e protegidos com equipamentos de proteção individual, bem como observar todas as normas de higiene e segurança do trabalho.

14.6. A contratada assume integral responsabilidade pelo custeio dos trabalhos contratados, quer na parte de material, equipamento ou pessoal, quer nos encargos das Legislações Trabalhista, Previdenciária ou Fiscal, decorrentes da execução dos mesmos, bem como de indenização por danos que porventura venham causar ao DER/DF ou a terceiros.

14.7. Na vigência do contrato, a contratada deverá manter todas as condições que a incluíram no certame.

14.8. Deverão ser atendidos os procedimentos contidos no Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte, aprovado pela Portaria nº 247/2019, referente ao Decreto nº 36.583/2015, que dispõe sobre procedimentos de execução orçamentário-financeira relativas à retenção e recolhimento do imposto de renda incidente sobre rendimentos pagos pela administração pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

14.9. A contratada providenciará sinalização diuturna adequada para execução de obra, responsabilizando-se por acidentes de trânsito decorrentes de sua ineficácia.

14.10. É de responsabilidade da contratada a observância da Lei n. 1.107, de 13 de junho de 1.996, sujeitando-se a mesma às penalidades previstas no referido diploma legal, por seu descumprimento. O modelo padrão das placas será obtido na GEPRO/SUTEC.

14.11. Eventuais omissões do presente Edital serão resolvidas pela Comissão Julgadora Permanente, com base nas normas jurídicas específicas e sob a égide da Lei n. 8.666/93.

14.12. O resultado do julgamento da licitação será afixado no Quadro de Avisos da Gerência de Licitação da Diretoria de Materiais e Serviços, 1º andar do Edifício Sede do DER/DF, sala 102, situado no SAM, Bloco "C", pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, independentemente de sua publicação em órgão da imprensa oficial.

14.13. Os interessados que tiverem dúvidas, de caráter legal ou técnico, na interpretação dos termos deste Edital e seu(s) Anexo(s), poderão obter os esclarecimentos necessários por meio do(s) telefone(s) (61) 3111-5600/5601/5602/5603, e-mail: dmase@der.df.gov.br, ou pessoalmente no endereço mencionado no item 14.12, no horário de 09:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira.

14.14. CNPJ do DER-DF: 00.070.532.0001-03, Inscrição Estadual: 07.329.525/001-78.

14.16. O Edital ficará disponível no sítio <https://www.der.df.gov.br/licitacoes>.

14.15. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 38.365/2017, é estritamente proibido o uso ou o emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do ajuste e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

15.17. Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

Brasília, 23 de agosto de 2022.

Silvia Maria Vieira Pala Alves

Diretora de Materiais e Serviços

Substituta

ANEXO I

AO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DF-DER/DF.

REF: CONC. Nº - DER/DF

DECLARAMOS QUE O(S) ENGENHEIRO(S) ABAIXO RELACIONADO(S) SERÁ(ÃO) O(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) PELA OBRA DISCRIMINADA NO OBJETO DA CONCORRÊNCIA EM REFERÊNCIA.

1. NOME: CREA Nº
ASSINATURA: DATA REGISTRO
ESPECIALIDADE:

2. NOME: CREA Nº
ASSINATURA: DATA REGISTRO
ESPECIALIDADE:

3. NOME: CREA Nº
ASSINATURA: DATA REGISTRO
ESPECIALIDADE:

4. NOME: CREA Nº
ASSINATURA: DATA REGISTRO
ESPECIALIDADE:

TODOS OS PROFISSIONAIS ACIMA RELACIONADOS DEVERÃO COMPROVAR VÍNCULO COM A EMPRESA ATRAVÉS DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CELEBRADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO CIVIL, OU POR MEIO DE CÓPIA AUTENTICADA DA CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL ACOMPANHADA DE CÓPIA DO REGISTRO DE EMPREGADOS, NO CASO DE EMPREGADO DA LICITANTE, OU POR MEIO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA OU CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA DO CREA, PARA O SÓCIO OU PROPRIETÁRIO.

ANEXO II
CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Departamento de Estradas de Rodagem do DF – DER-DF

Objeto: (definir o objeto de acordo com o Edital)

Ref.: Concorrência nº

Prezados senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias nossa proposta de preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

Declaramos concordar com os termos do Edital referente a esta licitação e que esta Empresa acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo DER-DF quanto à qualificação apenas dos licitantes que haja atendido as condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executarem as obras previstas.

O nosso coeficiente multiplicador “K” é de -----,----- (__vírgula__) a ser aplicado sobre os preços unitários constantes dos orçamentos do Anexo V do Edital, para materiais aplicados e serviços.

Para atender o disposto no artigo 1º do decreto 14.122 de 19 de agosto de 1992, o valor estimado do ISS compreendido no preço proposto é de R\$.-----.(.....).

Encontra-se anexo o cronograma físico-financeiro provisório da obra.

Declaramos que em nosso preço obtido com o coeficiente multiplicador “K” estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais, mão-de-obra especializada ou não, eventual elaboração de desenhos e projetos, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais,

enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa das obras civis e das obras complementares, conforme projetos e especificações constantes do Edital, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao DER-DF.

Registramos ainda, que o coeficiente multiplicador “K” apresentado por esta empresa, nesta licitação, contempla o pagamento de impostos de quaisquer natureza, com suas respectivas alíquotas definidas na legislação vigente, e o desconto apresentado sobre o valor orçado pelo DER-DF neste processo licitatório, incidirá sobre os demais itens de obras, materiais ou serviços constantes das planilhas do Anexo V.

Comprometemo-nos a executar eventuais serviços, bem como fornecimento de materiais, não constantes do Edital, mas inerentes à natureza dos serviços contratados. Estes serviços/materiais terão seus custos unitários determinados pelo uso obrigatório da Planilha de Preços e Serviços do DER-DF. Para serviços não constantes da Planilha de Preços e Serviços do DER-DF, os custos unitários serão especificados e orçados pelo DER-DF e serão executados e pagos de acordo com o serviço/material efetivamente executado/fornecido, com aplicação do coeficiente K por nós proposto.

Declaramos que nos sujeitamos às condições do Edital e que temos pleno conhecimento do local das obras.

O prazo de execução total das obras é de ____ () dias corridos.

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura da licitação.

Acompanham a nossa proposta de preços os documentos previstos neste Edital, bem como todos os demais julgados oportunos para perfeita compreensão e avaliação da proposta.

Utilizaremos os equipamentos necessários a perfeita execução da obra e a equipe técnica/administrativa que forem necessários para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e do pessoal, desde que assim o exija a fiscalização do DER-DF.

Na execução dos serviços observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da fiscalização do DER-DF, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas mencionadas.

Registramos ainda, que o coeficiente multiplicador “K” apresentado por esta empresa, nesta licitação, contempla o pagamento de impostos de quaisquer natureza, com suas respectivas alíquotas definidas na legislação vigente, e o desconto apresentado sobre o valor orçado pelo DER-DF neste processo licitatório, incidirá sobre os demais itens de obras, materiais ou serviços constantes das planilhas do Anexo V.

Atenciosamente,

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII
DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ref.: (identificação da licitação)

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999 e a Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz (*).

(data)

(representante legal)

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

| |
|-------------------------------------|
| ÓRGÃO/ENTIDADE |
| PROCESSO |
| MODALIDADE DE LICITAÇÃO |
| NÚMERO DA LICITAÇÃO |
| L I C I T A N T E |
| CNPJ/CPF |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL |
| REPRESENTANTE LEGAL |
| CPF |

A pessoa física ou jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, _____, de _____ de _____.

Assinatura

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar, e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

Representante Legal

ANEXO VI

Declaro de que atendo aos requisitos previstos no artigo 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

Representante Legal

Assinatura

ANEXO VII
TERMO DE REFERÊNCIA

**RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTO DA DF-001 - RECANTO DAS EMAS - TRECHO DE
1,106KM**

Rodovia: DF-001

Subtrecho: BR-060 - DF-065 (Estacas 00 a 55+6 do Subtrecho 240 do BRT Sudoeste)

Julho de 2022

| Quadro Resumo da Obra | |
|------------------------------------|---|
| Obra | Restauração de Pavimento da DF-001 - Recanto Das Emas |
| Rodovia | DF-001 |
| Trecho | BR-060 – DF-065 (Estacas 00 a 55+6 do Subtrecho 240 do BRT Sudoeste) |
| Serviços a serem executados | <ul style="list-style-type: none"> • Terraplenagem; • Pavimentação; • Drenagem; • Sinalização Horizontal e Vertical; • Canteiro de Obras; • Obras Complementares; • Baia de Ônibus; • Realocação de Abrigo. |
| Prazo de Execução | 90 (noventa) dias |
| Extensão | 1,106 km |
| Valor da obra | R\$ 8.386.326,92 (Oito milhões, trezentos e oitenta e seis mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos) |
| B.D.I. | 20,62% e diferenciado de 15,00% |
| Data base do orçamento | Julho/2022 |

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem por finalidade fornecer os elementos técnicos compreendendo as especificações, os quantitativos e o orçamento com vistas à licitação e execução das obras de Restauração da DF-001 (Recanto das Emas) no trecho entre a BR-060 e a DF-065 (Estacas 00 a 55+6 do Subtrecho 240 do BRT Sudoeste, indicado na Figura 1). Os serviços a serem executados são: terraplenagem, pavimentação da rodovia e das baias de ônibus, reposicionamento de abrigo de ônibus, drenagem, sinalização horizontal e vertical, obras complementares e canteiro de obras.

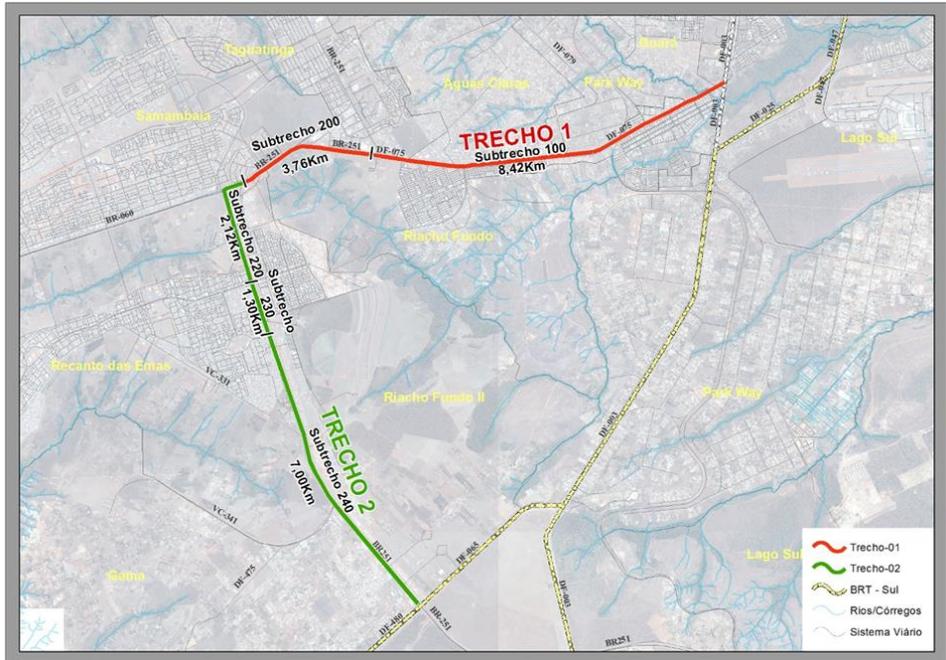


Figura 1: Localização do trecho de restauração Mapa de Situação – BRT Sudoeste



Figura 2: Estacas 00 a 55+6 - Trecho a ser restaurado

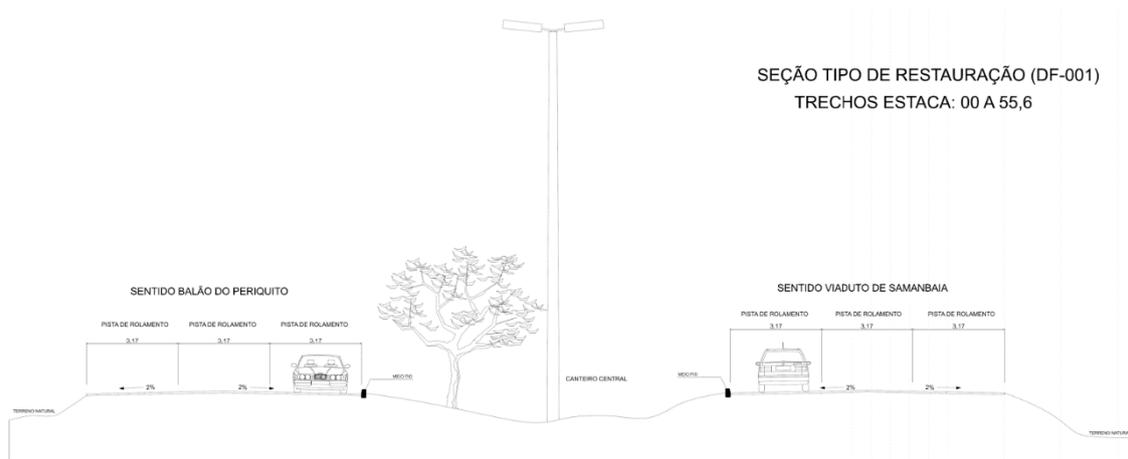


Figura 3 - Seção Tipo

De modo geral, para as faixas mais desgastadas adotou-se a solução de reconstrução, considerando os níveis das patologias neste pavimento (para a Faixa Direita-Pista Direita e para a Faixa Esquerda-Pista Esquerda, sentido Balão do Recanto das Emas / Balão do Periquito).

Para as demais faixas, de menor intensidade de tráfego pesado, as soluções foram definidas com base na análise funcional. Considerando também uma visita de campo no mês de agosto de 2020, para uma avaliação *in loco* das severidades das patologias ao longo do trecho. Em anexo, tais soluções são apresentadas no Levantamento Unifilar de Tipos de Intervenções e no projeto de pavimentação, para a Faixa Esquerda-Pista Direita e para a Faixa Direita-Pista Esquerda, sentido Balão do Recanto das Emas / Balão do Periquito.

Em resumo, foram determinadas algumas soluções e apresentadas em anexo no Levantamento Unifilar de Tipos de Intervenções e no projeto de pavimentação:

- RLS - Reparo localizado superficial - com fresagem do revestimento de 3,5cm, recomposição e reforço;
- RLS - Reparo localizado superficial - com fresagem do revestimento de 6,0cm, recomposição e reforço;
- RLP - Reparo localizado profundo - com fresagem do revestimento, reciclagem da base, recomposição e reforço;
- RECICLAGEM - com fresagem do revestimento, reciclagem da base, recomposição e reforço;
- RECONSTRUÇÃO.

2. ESPECIFICAÇÕES

Os serviços serão executados de acordo com os projetos a serem fornecidos pelo DER/DF, as Especificações Gerais para Obras Rodoviárias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Notas Técnicas (ABNT), bem como as orientações da Fiscalização deste Departamento. As especificações/normas técnicas DNIT, ABNT, devem prevalecer, onde houver divergência, àquelas previstas nos projetos fornecidos.

2.1 CUIDADOS AMBIENTAIS

A execução de obras rodoviárias pode apresentar alguns impactos sobre o meio ambiente, como alteração do sistema natural de drenagem e a degradação do solo. Assim, visando obter a adoção de boas práticas ambientais nas obras executadas pelo DER-DF e atendendo as exigências do Órgão licenciador e fiscalizador do meio ambiente no Distrito Federal, a CONTRATADA deverá dispor na obra, de Engenheiro Florestal e Técnico Ambiental.

Ao Engenheiro Florestal e Técnico Ambiental caberá todo o monitoramento ambiental durante a realização da obra, bem como controle do cumprimento de todas as condicionantes ambientais estabelecidas pelo Órgão Licenciador do Meio Ambiente. Os resultados das atividades de monitoramento/controlado e recuperação ambientais deverão ser apresentados em forma de Relatórios periódicos.

Para cumprir as exigências do Órgão licenciador e fiscalizador do meio ambiente no Distrito Federal, tendo em vista os potenciais impactos ambientais desencadeados durante a execução da obra de recuperação da pavimentação, deverão ser adotadas pela CONTRATADA as seguintes medidas para cada uma das atividades:

2.1.1. Instalação do Canteiro de Obras e Desmobilização

- O canteiro de obras não poderá situar-se próximo às nascentes de cursos d'água;
- Tomar medidas de segurança contra o derramamento de óleo combustível e lubrificante e na disposição adequada do lixo e do esgoto sanitário, de modo a não poluir o lençol freático;
- Manter úmidas as superfícies sujeitas à poeira levantada pelo tráfego;
- O solo orgânico (camada superficial que contém matéria orgânica, nutrientes minerais e microorganismo (raspado das áreas a serem utilizadas deverá ser acumulado em área não sujeita a erosão e re-espalhado após a desmobilização do canteiro;
- Executar a limpeza total do canteiro/pátio após a conclusão das obras, particularmente das áreas usadas para estoque de agregados e de asfalto e recolher os tanques de materiais betuminosos, tambores e outros materiais inservíveis a dispô-los em locais aprovados pelo DER/DF e pelo Órgão Ambiental;

- Restaurar o uso original das áreas utilizadas para pátio de máquinas ou instalações ao término das obras.

Obs.: É obrigação da CONTRATADA, a obtenção de todas as autorizações, bem como o licenciamento ambiental, necessária à instalação do Canteiro de Obras.

2.1.2. Desmatamento e limpeza do terreno e abertura de caminhos de serviços

- Limitar o desmatamento e a limpeza ao mínimo necessário às operações de construção e segurança do tráfego;
- Implantar os caminhos de serviço e desvios caso necessário, preferencialmente dentro da faixa de domínio;
- Efetuar a recuperação da vegetação nas áreas utilizadas para implantação dos caminhos de serviço e desvios;

2.1.3. Terraplenagem e Caixa de Empréstimo/Bota-Espera

- Executar uma eficiente sinalização na obra para a proteção do tráfego na via existente e efetuar o controle de velocidade dos caminhões caçamba;
- Executar permanente aspersão de água nos trechos poeirentos para eliminação de nuvens de poeira, visando à prevenção de acidentes e redução da poluição do ar em áreas habitadas;
- Na operação de desmatamento e limpeza das áreas de empréstimo/bota-espera, estocar o solo orgânico para a posterior recuperação dessas áreas, que deverá ser disposto em leira e a uma distância mínima de cinco metros da frente da escavação, para que não seja utilizado, indevidamente, durante a operação de suavização dos taludes;
- Os locais de bota-fora deverão ser indicados pela Fiscalização do DER/DF e deverão ser recompostos ambientalmente após o depósito dos materiais;
- Efetuar a recuperação das caixas de empréstimo/bota-espera de acordo com as exigências do órgão licenciador e fiscalizador do meio ambiente no Distrito Federal, obedecendo aos seguintes passos:
 - Suavização dos taludes (1V: 4H); Construção de terraços (eventual); Escarificação do fundo da caixa; Retorno do solo orgânico;
 - Calagem com pó de calcário (2,0 t/ha com PRNT 100%), adubação química com NPK – formulação granulada 4:14:8 (500 kg/ha) e gradagem com grade aradora;
 - O(s) local (ais) definido(s) para receber (em) os eventuais botas fora deverá (ão) ser previamente autorizados pelo Órgão Ambiental e pela Fiscalização do DER-DF;
 - O serviço de carga e transporte, por meio de caminhão, do material excedente proveniente

da escavação, até o bota fora, a ser indicado pela Fiscalização, só poderá ser executado, excepcionalmente, depois de devidamente autorizado em Diário de Obras pela Fiscalização;

- A(s) área(s) de bota-fora não poderá (ão) modificar o escoamento natural da água proveniente da chuva;
- A(s) área(s) de bota-fora deverá(ão) ser(em) reconformada(s) de modo a permitir usos alternativos posteriores, a partir da reabilitação ambiental delas.

2.1.4. Exploração de Ocorrências de Materiais para Infraestrutura de Pavimento

- Estocar o solo orgânico removido na operação de desmatamento e limpeza, para sua posterior utilização na recuperação da área ao longo da via;
- A leira de solo orgânico deverá ser mantida com um afastamento mínimo de cinco metros da frente da escavação para que não seja utilizado, indevidamente, durante a suavização dos taludes;
- Tomar cuidados no transporte de solo até a obra e evitar o excesso de carregamento dos caminhões, cobrindo-se o material com lonas para evitar o pó e a queda de fragmentos na pista;
- Executar uma eficiente sinalização na obra para a proteção do tráfego na via existente, bem como controle de velocidade dos caminhões caçamba entre a jazida e a obra;
- Umedecer por meio de caminhão pipa, os trechos poeirentos da estrada não pavimentada de acesso à jazida, principalmente nas passagens por áreas habitadas;
- Efetuar a recuperação da área explorada, de acordo com as exigências do órgão licenciador e fiscalizador do meio ambiente no Distrito Federal, obedecendo aos seguintes passos:
 - Suavização dos taludes (1V: 4H);
 - Construção de terraços;
 - Escarificação do fundo da escavação;
 - Retorno do solo orgânico;
 - Calagem com pó de calcário (2,0 t/ha com PRNT 100%), adubação química com NPK - formulação granulada 4:14:8 (1000 kg/ha) e gradagem com grade aradora;
 - Plantio de mudas (15 un/ha) e de sementes de gramíneas, consorciadas a leguminosas, preferencialmente, no início da estação chuvosa.

Obs.: o material terroso a ser empregado nos serviços de terraplenagem, deverá ser obtido de empréstimos junto à própria faixa de domínio e/ou poderá ser obtido junto a cortes que venham a ser realizados na obra, conforme especificação do projeto.

2.1.5. Exploração de Ocorrência para Superestrutura do Pavimento – Revestimento

- Estocar adequadamente os materiais a serem utilizados, inclusive os de remoções;

- Depositar os materiais não utilizados ou remoções em locais adequados. Quando não reaproveitados, dispensar-lhes tratamento equivalente aos bota-foras: disposição em local definido pelo DER/DF, conformar a superfície do local de deposição e proceder à recomposição da cobertura vegetal da área;
- Todo material oriundo de resíduos deverá ser depositado no 3º Distrito Rodoviário do DER/DF, distante aproximadamente 12 km do ponto médio da obra em questão, orientado pela Fiscalização;
- No transporte de materiais asfálticos, obedecer às normas existentes para o transporte de cargas perigosas – Decreto nº 96.044, de 18/05/88 e Portaria nº 291, de 31/05/88, e
- Utilizar materiais granulares (areia e pétreos) somente de jazidas ou pedreiras licenciadas pelo órgão ambiental e aprovados pelo DER/DF.

Obs.: 1) Os veículos utilizados no transporte de materiais que porventura trafegam em vias públicas pavimentadas ou não deverão circular com a carroceria coberta por lona ou outro material que proporcione idêntica vedação sujeitando o infrator, no caso do descumprimento, às penas cominadas no Decreto nº 17.156/96, de 21/02 /96.

Obs.: 2) A não observância de qualquer uma destas recomendações anteriores poderá acarretar embargo da obra ou aplicação de outra penalidade pelo Órgão licenciador e fiscalizador do meio ambiente no Distrito Federal.

2.1.6. Outras Medidas Preventivas/Corretivas/Mitigadoras

- Instruir todos os funcionários sobre as questões ambientais básicas da obra, inclusive as medidas de controle dos impactos ambientais inerentes às respectivas funções;
- Enfatizar aos funcionários fumantes para não descartarem “bitucas” de cigarro sobre a vegetação e certificarem-se que as “bitucas” estão apagadas ao descartá-las, evitando-se a ocorrência de incêndios;
- Instruir e orientar os operários quanto à proibição da perseguição, caça, captura, apanha ou morte de animais silvestres, prática tipificada como crime ambiental, fazendo assim com que a fauna não seja perturbada, porém em caso de encontro com animais silvestres ou peçonhentos, deve-se acionar a Polícia Militar através do telefone 190, pois essa corporação possui uma unidade especializada no manejo de fauna silvestre – o Batalhão de Polícia Militar Ambiental, assim como também o IBRAM devem ser comunicados;
- Evitar a geração desnecessária de resíduos sólidos;
- Manejar os resíduos sólidos inevitavelmente gerados para não poluir o solo e o ar, segregando, acondicionando, armazenando e destinando adequadamente os rejeitos gerados, devendo ser orientado como segregar os resíduos da construção civil (separado em suas 4 classes) e

em resíduos sólidos urbanos (orgânicos e secos), de forma a manejá-los de acordo com o seu enquadramento;

- Acondicionar os resíduos orgânicos em lixeiras com tampa, identificadas e, diariamente, recolher o conteúdo dessas lixeiras, armazená-los em “containers” marrom com tampa, que deve ser mantido fechado até a coleta por caminhões próprios para transporte, com a carga coberta até o aterro sanitário, evitando assim a atração de animais sinantrópicos e a geração de odores desagradáveis;
- Acondicionar os resíduos secos em lixeiras com tampa, identificadas e, sempre que necessário, recolher o conteúdo dessas lixeiras, armazená-los em containers verde com tampa, que deve ser mantido fechado e remetido para cooperativas de reciclagem cadastradas no SLU;
- Proceder à destinação e transporte dos resíduos do Concreto Asfáltico Usinado a Quente - CAUQ, conforme CONAMA nº 307/2002, os quais deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados às áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo disposto de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- Proibir a queima de quaisquer resíduos sólidos;
- Efetuar manutenções preventivas em toda a frota para manter as máquinas, veículos e equipamentos utilizados na obra regularmente revisados, de forma que os seus motores não gerem ruídos excessivos ou emitam gases acima dos níveis máximos permitidos, queimem o mínimo necessário de combustível, bem como não haja o vazamento de quaisquer fluidos;
- Restringir o uso de fogo apenas às atividades imprescindíveis e adotando os devidos cuidados, não devendo montar fogueiras, visando evitar a incidência de incêndios florestais, observando ainda que ao terminar qualquer uso do fogo, certificar-se que a fonte de calor foi extinta para que não inicie qualquer foco de incêndio;
- Não instalar depósitos de ligante betuminoso próximo a rios, nascentes e campos de murundus, caso seja necessário o seu armazenamento;
- Limitar a aplicação dos produtos químicos de pavimentação ao leito da rodovia, construindo estruturas de contenção que evitem o escoamento desses produtos químicos para rios e áreas de nascente/campos de murundus;
- Utilizar a quantidade de água necessária para as atividades da obra, evitando-se o desperdício, instruindo os operários em relação ao uso adequado da água;
- Definir normas de conduta de condução de veículos visando emitir menos ruídos e orientar os motoristas de caminhões, de veículos e os operadores das máquinas utilizadas na obra acerca da velocidade máxima e a prática de direção defensiva, visando evitar a ocorrência de acidentes, o atropelamento de animais silvestres e a suspensão de poeira com o tráfego de veículos;
- Definir normas de condutas para os trabalhadores das obras quando estiverem próximos às

áreas naturais consideradas possíveis habitats da fauna;

- Efetuar a limpeza e retirada de instalações sanitárias de todos os locais ocupados pelas obras e áreas de apoio, após seu término;
- Criar e estabelecer uma rotina operacional de reciclagem de resíduos gerados pela obra;
- Retirar a vegetação de forma gradativa, segmentando a obra em trechos visando evitar a exposição prolongada do solo às intempéries;
- Comunicar previamente as eventuais necessidades de interrupção do tráfego.

2.2 SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM

2.2.1. Remoção e Estocagem do Solo Orgânico

Compreende a retirada de camada superficial de solo, que contém matéria orgânica, nutrientes minerais e microorganismos, presente nas áreas destinadas ao corpo estradal e empréstimos. Este material juntamente com os restos da vegetação (citada no item anterior), deverá ser estocado em leiras para utilização, retorno aos pés dos taludes de aterro, recuperação de caixas de empréstimo e, se for o caso, na recuperação de áreas degradadas já existentes. Estas leiras deverão estar dispostas de forma paralela e distância mínima de 2,0 m (dois metros) do offset do corpo estradal e de 5,0 m (cinco metros) dos taludes das caixas de empréstimos. Os procedimentos gerais para esses serviços deverão obedecer à especificação DNIT 104/2009-ES.

O serviço será medido pela área executada, em metros quadrados (m²).

2.2.2. Aterros

Os aterros serão construídos de acordo com a especificação DNIT 108/2009-ES. O material será obtido de cortes e/ou de caixas de empréstimo/bota-espera, conforme indicado em projeto, e compactado com grau mínimo de 100% do Método DNIT 164/2013 ME (Energia Normal), sendo as últimas três camadas (subleito ou Camadas finais de terraplenagem), com espessura de 20 cm cada, compactadas com grau mínimo de 100% do método DNIT 164/2013 - ME (Energia Intermediária). Nos aterros com altura de até 0,30 m, serão executados serviços de escavação do subleito e posterior enchimento com material selecionado de modo a se obter no mínimo três camadas com espessuras de 20 cm cada, e grau de compactação não inferior a 100% do método DNIT 164/2013 ME (Energia Intermediária).

O corpo de aterro, segundo a definição da Norma DNIT 108/2009-ES, é a parte do aterro situada sobre o terreno natural até 0,60 m abaixo da cota correspondente ao greide de terraplenagem. O material constituinte desta camada deverá apresentar capacidade de suporte com Índice de Suporte Califórnia – $ISC \geq 2,0\%$ e expansibilidade menor ou igual a 4,0%. O material terroso será retirado

das caixas de empréstimo localizadas na faixa de domínio da rodovia. Ainda, deverá apresentar um grau de compactação igual ou superior a 100%, na energia de compactação normal.

Em relação à verificação da umidade das camadas de Corpo de Aterro, o teor de umidade presente nas mesmas, poderá apresentar desvio de umidade de $\pm 3,0\%$, em relação à umidade ótima obtida de compactação. **Em hipótese alguma, será aceito para fins de liberação de camada a utilização do Umidímetro *SPEEDY***, devendo ser realizado, em substituição, o Ensaio de Umidade pelo Método Expedito da Frigideira e/ou Método da Estufa. Caso haja a intenção de utilizar outro método de ensaio, este deve ser apresentado à GETEC/DITEC para emissão de análise e parecer.

O serviço de compactação será medido em volume, em metros cúbicos (m^3), considerando a seção geométrica compactada.

2.2.3. Cortes

Deverão ser executados de acordo com a especificação DNIT 106/2009-ES. O material obtido será transportado para utilização em aterro ou depositado em locais (bota-fora) determinados pela Fiscalização ou em conformidade com Projeto de Terraplenagem. Os bota-foras deverão ser recuperados, ambientalmente, conforme especificado.

Nos cortes cujo material apresentar CBR menor que 11,0% (Energia Intermediária), para toda a extensão em que a rodovia será, serão executados serviços de escavação do subleito e posterior enchimento com material selecionado, de modo a se obter no mínimo três camadas com espessuras de 20 cm cada e grau de compactação não inferior a 100% do método DNIT 164/2013 ME (Energia Intermediária). Os taludes de corte deverão ser revegetados com grama batatais em mudas ou por meio de hidrossemeadura, conforme indicado no projeto.

A medição dos serviços deverá ser efetuada com base no volume geométrico do aterro executado com o material escavado e multiplicado o seu valor pelo fator (f), assim calculado:

$$f = \frac{\gamma_{compactada}}{\gamma_{natural}}$$

Onde:

$\gamma_{compactada}$ é a densidade do solo seco compactado; e

$\gamma_{natural}$ é a densidade do solo seco natural.

As densidades retro citadas serão conferidas pela Diretoria de Tecnologia (DITEC) junto à Empresa Contratada caso seja devidamente solicitado pelo Executor do Contrato do DER/DF.

Caso o material não seja utilizado na confecção dos aterros deverá ser medido de acordo com a especificação DNIT 106/2009-ES.

O critério de medição será pelo volume de corte *in natura*, em metros cúbicos (m³).

2.3 RESTAURAÇÃO DO PAVIMENTO

A rodovia distrital DF-001 (EPCT), no trecho compreendido entre a DF-065 (EPIP) e o Acesso ao Recanto das Emas deverá ser restaurada, de acordo com o projeto realizado pela Empresa Ária Empreendimentos Sustentáveis. Foram elaboradas 05 (cinco) soluções a serem adotadas na restauração da Rodovia DF-001, conforme diagrama unifilar de tipos de intervenções apresentado no relatório de Projeto Executivo de Restauração de Pavimento elaborado pela Ária Empreendimentos Sustentáveis

2.3.1. Resumo das Soluções a Serem Implantadas

• RECONSTRUÇÃO

| Espessura (cm) | Camada |
|----------------|--|
| 4,0 | Revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) FAIXA C – CAP 60/85-E Modificado por Polímero SBS, 6,0% CAP. |
| - | Pintura de Ligação Modificada por Polímero – RR 1C-E, Taxa residual estimada de 0,4 l/m ² . |
| 4,0 | Revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) FAIXA C – CAP 60/85-E Modificado por Polímero SBS, 6,0% CAP. |
| - | Pintura de Ligação Modificada por Polímero – RR 1C-E, Taxa residual estimada de 0,4 l/m ² . |
| 4,5 | Revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) FAIXA C – CAP 60/85-E Modificado por Polímero SBS, 6,0% CAP. |
| - | Pintura de Ligação Modificada por Polímero – RR 1C-E, Taxa residual estimada de 0,4 l/m ² . |
| - | Camada Anti-Reflexão de Trincas em Tratamento Superficial Duplo - TSD. Usar emulsão asfáltica com polímero – RR 1C-E. |
| - | Imprimação – Emulsão Asfáltica do Tipo EAI - Taxa estimada de 0,9 a 1,2 l/m ² . |
| 17,0 | Base de Brita Graduada Tratamento com Cimento – BGTC, teor de cimento variando de 4,0% a 5,0%, em massa. Compactada na Energia Intermediária e Grau de Compactação $\geq 100\%$. Resistências à compressão simples axial de $f_{ck} = 35 \text{ kgf/cm}^2$ aos 7 dias e $f_{ck} = 50 \text{ kgf/cm}^2$ aos 28 dias. Resistência à tração na flexão $f_{ct,f} = 10 \text{ kgf/cm}^2$ aos 28 dias. Como |

| | |
|-------------|---|
| | referência a Especificação Técnica do DER-SP – ET-DE-P00/009 – Jul/2005, Rev. A. |
| 10,0 | Sub-Base em Cascalho, CBR \geq 30%. GC = 100%, Proctor Intermediário. Removido da pista e estocado no local da obra. |
| 60,0 | Compactação do Subleito com incorporação de 1% de cal do tipo CH-I em massa, GC 100%, Proctor Intermediário. Para aplicação da cal, utilizar caminhão distribuidor. |
| OBSERVAÇÃO: | 1. Considerar inicialmente a Fresagem de 6,0cm do revestimento e estocagem no Pátio do DER. 2. Considerar também Corte do cascalho de 30,0cm e estocagem no local da obra. |

• RECICLAGEM

Com fresagem do revestimento, reciclagem da base, recomposição e reforço;

| Espessura (cm) | Camada |
|----------------|--|
| 6,0 | Fresagem do revestimento |
| 20,0 | Corte do cascalho e estocagem na obra - para reuso como camada de base |
| 4,0 | Revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) FAIXA C – CAP 60/85-E Modificado por Polímero SBS, 6,0% CAP. |
| - | Pintura de Ligação Modificada por Polímero – RR 1C-E, Taxa residual estimada de 0,4 l/m ² . |
| 4,0 | Revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) FAIXA C – CAP 60/85-E Modificado por Polímero SBS, 6,0% CAP. |
| - | Pintura de Ligação Modificada por Polímero – RR 1C-E, Taxa residual estimada de 0,4 l/m ² . |
| 4,5 | Revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) FAIXA C – CAP 60/85-E Modificado por Polímero SBS, 6,0% CAP. |
| - | Pintura de Ligação Modificada por Polímero – RR 1C-E, Taxa residual estimada de 0,4 l/m ² . |
| - | Imprimação – Emulsão Asfáltica do Tipo EAI - Taxa estimada de 0,9 a 1,2 l/m ² . |
| 20,0 | Base em Cascalho (Estocado na obra) + 10% Brita 01 com incorporação de 2% de cal em massa, CBR \geq 80%. GC = 100%, Proctor Modificado. Para aplicação da cal e da Brita 01, utilizar caminhão distribuidor. |

• **RLP – Reparo localizado profundo**

Com fresagem do revestimento, reciclagem da base, recomposição e reforço;

| Espessura (cm) | Camada |
|-----------------------|---|
| 6,0 | Fresagem do revestimento |
| 20,0 | Corte do cascalho e estocagem na obra - para reuso como camada de base |
| 4,0 | Revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) FAIXA C – CAP 60/85-E Modificado por Polímero SBS, 6,0% CAP. |
| - | Pintura de Ligação Modificada por Polímero – RR 1C-E, Taxa residual estimada de 0,4 l/m ² . |
| 4,0 | Revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) FAIXA C – CAP 60/85-E Modificado por Polímero SBS, 6,0% CAP. |
| - | Pintura de Ligação Modificada por Polímero – RR 1C-E, Taxa residual estimada de 0,4 l/m ² . |
| 4,5 | Revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) FAIXA C – CAP 60/85-E Modificado por Polímero SBS, 6,0% CAP. |
| - | Pintura de Ligação Modificada por Polímero – RR 1C-E, Taxa residual estimada de 0,4 l/m ² . |
| - | Camada Anti-Reflexão de Trincas em Tratamento Superficial Duplo - TSD. Usar emulsão asfáltica com polímero – RR 1C-E. |
| - | Imprimação – Emulsão Asfáltica do Tipo EAI - Taxa estimada de 0,9 a 1,2 l/m ² . |
| 20,0 | Base em Cascalho (Estocado na obra) + 10% Brita 01 com incorporação de 2% de cal em massa, CBR ≥ 80%. GC = 100%, Proctor Modificado. Para aplicação da cal e da Brita 01, utilizar caminhão distribuidor. |

• **RLS – Reparo localizado superficial**

Com fresagem do revestimento de 6,0cm, recomposição e reforço;

| Espessura (cm) | Camada |
|-----------------------|--|
| 3,0 | Revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) FAIXA C – CAP 60/85-E Modificado por Polímero SBS, 6,0% CAP. |
| - | Pintura de Ligação Modificada por Polímero – RR 1C-E, Taxa residual estimada de 0,4 l/m ² . |

| | |
|-----|---|
| 3,5 | Revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) FAIXA C – CAP 60/85-E Modificado por Polímero SBS, 6,0% CAP. |
| - | Imprimação – Emulsão Asfáltica do Tipo EAI - Taxa estimada de 0,9 a 1,2 l/m ² . |
| 6,0 | Fresagem de 6,0 cm + Recomposição de 6,0 cm de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) FAIXA B – CAP 60/85-E Modificado por Polímero SBS, 6,0% CAP. |

• **RLS – Reparo localizado superficial**

Com fresagem do revestimento de 3,5cm, recomposição e reforço;

| Espessura (cm) | Camada |
|----------------|---|
| 3,0 | Revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) FAIXA C – CAP 60/85-E Modificado por Polímero SBS, 6,0% CAP. |
| - | Pintura de Ligação Modificada por Polímero – RR 1C-E, Taxa residual estimada de 0,4 l/m ² . |
| 3,5 | Revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) FAIXA C – CAP 60/85-E Modificado por Polímero SBS, 6,0% CAP. |
| - | Imprimação – Emulsão Asfáltica do Tipo EAI - Taxa estimada de 0,9 a 1,2 l/m ² . |
| 3,5 | Fresagem de 3,5 cm + Recomposição de 3,5 cm de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) FAIXA C – CAP 60/85-E Modificado por Polímero SBS, 6,0% CAP. |

2.3.2. Especificação dos Serviços de Restauração

Fresagem do Revestimento

Será realizada de acordo com a norma DNIT 159/2011 – ES.

A fresadora deverá ser regulada para a operação de forma a cortar o pavimento em cada subtrecho nas espessuras descritas no item (Resumo das Soluções a serem implantadas). A largura de fresagem será determinada em função da largura total a ser cortada.

Será levada em conta a operação da rodovia, tendo em vista ser necessário manter-se o tráfego simultaneamente com a execução dos serviços a serem realizados na obra, dada a importância da localização da DF-001. A velocidade da máquina deverá ser compatível com a produção necessária e com a segurança do tráfego.

Após a fresagem, os segmentos trabalhados deverão ser limpos com vassoura mecânica, para eliminação do pó resultante do corte.

O material fresado será imediatamente carregado em caminhão basculante e transportado para ser depositado no 3º Distrito Rodoviário – 3ºDR do DER-DF, localizado em Samambaia-DF, distante, aproximadamente, de 9,6 km do local da obra em questão, conforme orientação da Fiscalização do DER-DF.

Não serão permitidas depressões na superfície após a fresagem. Caso ocorram, o serviço deverá ser inteiramente corrigido, sem ônus para o DER-DF.

O serviço será medido em metro cúbico (m³) e o pagamento será feito pelos preços contratuais, em conformidade com as quantidades medidas e do modo de operação do equipamento (contínua ou descontínua), incluindo-se todas as operações necessárias à completa execução do serviço.

Devem ser observadas medidas visando a preservação do meio ambiente, no decorrer das operações destinadas à fresagem do pavimento.

Os cuidados relativos à preservação ambiental referem-se à disciplina do tráfego, ao estacionamento dos equipamentos e à adequada disposição dos materiais resultantes da fresagem.

A CONTRATADA deverá realizar vistoria no local das obras para tomar conhecimento das condições e da espessura do pavimento, tendo em vista os serviços de remoção do revestimento existente. Não serão admitidas reivindicações posteriores sob a alegação de desconhecimento das condições do pavimento.

Reciclagem da Base Existente

Conforme Relatório de Restauração da rodovia, nos trechos onde a solução adotada foi a de reciclagem, deverá ser executada a fresagem a frio de maneira contínua do revestimento asfáltico existente na espessura de 6,0 cm em toda a faixa de rolamento. Logo após a camada de base existente constituída de material granular (cascalho) deverá ser escarificada na profundidade de 20,0 cm onde deverá ser incorporado 10,0% de Brita Nº 01 e 2,0% de Cal Hidratada tipo CH-I, em massa. Para aplicação da cal e da Brita 01, utilizar caminhão distribuidor.

A camada de base após as adições deverá apresentar capacidade de suporte com o Índice de Suporte Califórnia – ISC \geq 80,0% segundo a especificação DNIT 172/2016-ME e Expansibilidade máxima de 0,5%. Deverá ser compactada na Energia Modificada (Método C), de acordo com a especificação DNIT 164/2013-ME, com Grau de Compactação de no mínimo 100%.

Em relação à verificação da umidade da referida camada, o teor de umidade presente na mesma, poderá apresentar desvio de umidade no intervalo entre - 2,0% a +1,0%, em relação à umidade ótima obtida de compactação. Em hipótese alguma, será aceito para fins de liberação de camada a

utilização do Umidímetro SPEEDY, devendo ser realizado, em substituição, o Ensaio de Umidade pelo Método Expedito da Frigideira e/ou Método da Estufa.

Sobre a camada de base acabada, deverá ser executado Camada Anti-Reflexão de Trincas em Tratamento Superficial Duplo (TSD).

Após a execução do Tratamento Superficial Duplo (TSD), faz-se necessária a aplicação de pintura de ligação com Emulsão RR-1C-E,. Logo após deverão ser aplicadas três camadas em CAUQ (AMP) com CAP 60/85-E com 6,0% de Polímero do tipo SBS, sendo a primeira camada com espessura de 4,5 cm, sendo que a segunda e a terceira camadas com espessuras iguais a 4,0 cm. Sabendo que entre as camadas de CAUQ terá que haver pintura de ligação.

Recompactação do Subleito

Após serem removidas as camadas de revestimento, base e sub-base, que compõem a infraestrutura do pavimento da rodovia, a camada de subleito deverá ser escavada na profundidade 40 cm, este material deverá ser acomodado em local adequado conforme orientação da fiscalização, o mais próximo possível da obra. Após a escavação e retirada do material, o remanescente deverá ser escarificado na espessura de 20,0 cm, sendo acrescido a este 1,0% de Cal Hidratada, tipo CH-I, em relação a Massa Específica Aparente Seca (MEAS) do material a ser melhorado. Logo após promover a volta do material retirado que foi acomodado próximo a obra, sendo acrescido de 1,0% de Cal Hidratada, tipo CH-I, de modo a ser compactado em duas camadas de 20,0 cm cada, totalizando em 60,0 cm a espessura da camada de subleito, conforme Especificação DNIT 108/2009-ES. Após a adição da Cal Hidratada, a camada deverá apresentar capacidade de suporte com o Índice de Suporte Califórnia – ISC $\geq 9,0\%$, conforme especificação DNIT 172/2016-ME e Expansibilidade menor ou igual a 2,0%. Para a devida aprovação da camada, a mesma deverá ser compactada com grau mínimo de 100%, de acordo com a Energia Intermediária, conforme o método DNIT 164/2013-ME. Caso necessite de material para complementação das camadas por eventuais perdas de material, este deverá ser proveniente da antiga sub-base composta de material granular (cascalho).

Em relação à verificação da umidade da referida camada, o teor de umidade presente na mesma, poderá apresentar desvio de umidade de $\pm 3,0\%$, em relação à umidade ótima obtida de compactação. Em hipótese alguma, será aceito para fins de liberação de camada a utilização do Umidímetro SPEEDY, devendo ser realizado, em substituição, o Ensaio de Umidade pelo Método Expedito da Frigideira e/ou Método da Estufa. Caso haja a intenção de utilizar outro método de ensaio, este deve ser apresentado à GETEC/DITEC para emissão de análise e parecer.

A deflexão recuperável a ser obtida sobre a superfície acabada do subleito, deverá apresentar valores máximos de 92 centésimos de milímetros. Não atingida a deflexão estipulada, a ocorrência deverá ser avaliada pela DITEC, caso a caso, mediante solicitação da Fiscalização do DER-DF.

O serviço de compactação será medido em volume (m³) metro cúbico, considerando a seção geométrica compactada.

Sub-Base de Material Granular

A camada de sub-base será constituída do material granular (cascalho), proveniente da antiga camada de base, a mesma deverá ter espessura de 10,0 cm, com capacidade de suporte com Índice de Suporte Califórnia – ISC \geq 30%, conforme especificação DNIT 172/2016-ME e Expansibilidade menor ou igual a 2,0%. Deverá ser compactada com a Energia Intermediária (Método B), de acordo com a Especificação DNIT 164/2013-ME, com Grau de Compactação de no mínimo 100%.

Em relação à verificação da umidade da referida camada, o teor de umidade presente na mesma, poderá apresentar desvio de umidade de \pm 2,0%, em relação à umidade ótima obtida de compactação. Em hipótese alguma, será aceito para fins de liberação de camada a utilização do Umidímetro SPEEDY, devendo ser realizado, em substituição, o Ensaio de Umidade pelo Método Expedito da Frigideira e/ou Método da Estufa. Caso haja a intenção de utilizar outro método de ensaio, este deve ser apresentado à GETEC/DITEC para emissão de análise e parecer.

A deflexão recuperável a ser obtida sobre a superfície acabada da sub-base, deverá apresentar valores máximos de 87 centésimos de milímetros. Não atingida a deflexão estipulada, a ocorrência deverá ser avaliada pela DITEC, caso a caso, mediante solicitação da Fiscalização do DER-DF.

Base de Brita Tratada com Cimento (BGTC)

A camada de base deverá ser constituída de Brita Graduada Tratada com Cimento (BGTC), com espessura de 17,0 cm, deverá ser compactada na Energia Modificada (Método C), de acordo com a Especificação DNIT 164/2013-ME, com Grau de Compactação de no mínimo 100%. A mesma deverá ter o teor de cimento Portland entre 4,0% e 5,0%, de modo a alcançar no Ensaio de Compressão Axial aos 7 dias, resistência à compressão não inferior a 3,5 MPa e aos 28 dias resistência à compressão maior ou igual a 5,0 MPa.

Com relação ao Ensaio de Resistência a Tração por Compressão Diametral deverá apresentar como resultado, resistência não inferior a 1,0 MPa. Para a execução da referida camada deverá ser seguida a Especificação ET-DE-P00/009 – Rev. A – Julho/2005, exceto com relação à Energia de Compactação presente no item 5.5 Compactação e Acabamento, onde deverá ser utilizada a Energia Modificada.

Em relação à verificação da umidade da referida camada, o teor de umidade presente na mesma, poderá apresentar desvio de umidade no intervalo entre - 2,0% a +1,0%, em relação à umidade ótima obtida de compactação. Em hipótese alguma, será aceito para fins de liberação de camada a utilização do Umidímetro SPEEDY, devendo ser realizado, em substituição, o Ensaio de Umidade pelo Método Expedito da Frigideira e/ou Método da Estufa. Caso haja a intenção de utilizar outro método de ensaio, este deve ser apresentado à GETEC/DITEC para emissão de análise e parecer.

A deflexão recuperável a ser obtida sobre a superfície acabada da base, deverá apresentar valores máximos de 41 centésimos de milímetros. Não atingida a deflexão estipulada, a ocorrência deverá ser avaliada pela DITEC, caso a caso, mediante solicitação da Fiscalização do DER-DF.

O serviço será medido pelo volume geométrico de base executada, em m³ (metro cúbico).

Cura

Sobre a superfície de base acabada devidamente liberada pelo DER-DF, será processado o espargimento de emulsão asfáltica tipo EAI, em conformidade com a norma DNIT 165/2013-EM, e demais parâmetros descritos na Norma DNIT 144/2014-ES, que deverá ser seguida em sua totalidade, e com taxa de aplicação estimada entre 0,9 e 1,3 l/m² para efeito de quantitativo, foi utilizado a taxa de 1,3 l/m². A taxa real a ser utilizada deverá ser determinada experimentalmente na obra, conforme constante no item 5.1-b), da Norma DNIT 144/2014-ES que deverá ser utilizada na medição do serviço.

Para a preparação da superfície deverá ser realizada a varredura com vassouras mecânicas rotativas ou jato de ar comprimido e imediatamente após a aplicação do produto. Sobre o mesmo deverá ser realizada a cobertura com agregados finos (areia ou pó de pedra), os quais deverão ser "paleadas" e espalhados a rodo de forma uniforme, somente no trecho onde não for possível realizar o desvio do trânsito, como nos acessos lindeiros a via ou nas interseções em implantação, se for o caso. A faixa de viscosidade recomendada para a emulsão EAI de 20 a 100 segundos "SayboltFurol" (NBR 14.491/2007).

A aplicação da EAI na obra deverá ser realizada por caminhões distribuidores, conforme item 5.2, da Norma DNIT 144/2014-ES e ficará condicionada à aprovação da taxa de aplicação pela Diretoria de Tecnologia – DITEC/SUTEC/DER-DF, mediante solicitação da Fiscalização do órgão.

O serviço será medido pela área executada, em metros quadrados (m²). O preço do material betuminoso é pago a parte, conforme tabela da ANP.

Camada Anti-Reflexão de Trincas (CART)

A Camada Anti-Reflexão de Trincas tem a função de conter e postergar as trincas advindas da camada cimentada (BGTC) subjacente. Será executada em Tratamento Superficial Duplo – TSD,

formado por duas aplicações de ligante asfáltico e duas aplicações de agregado mineral, sucessivas e alternadas.

A referida camada será executada conforme Especificação do DNIT, DNER – ES 392/99, utilizando como ligante betuminoso, a emulsão asfáltica modificada por polímero – SBS, tipo RR-1C-E.

Deverá ser executada duas camadas de Tratamento Superficial, a primeira camada de tratamento superficial constituída de uma aplicação de ligante betuminoso, taxa de 1,2 a 1,8 l/m², coberta por camada de agregado, com taxa variando de 20 a 25 kg/m², sendo enquadrado na Faixa Granulométrica “A” e submetida a compressão. A segunda camada de tratamento superficial será constituída de uma aplicação de ligante betuminoso, taxa de 0,8 a 1,2 l/m², coberta por camada de agregado, com taxa variando de 10 a 12 kg/m², sendo enquadrado na Faixa Granulométrica “B” e submetida a compressão.

O serviço será medido pela FISCALIZAÇÃO em (m²) metro quadrado.

Pintura de Ligação

A pintura de ligação deverá ser aplicada sobre a camada anti-reflexão de trincas e entre as camadas do revestimento, ou onde for necessário ou solicitado nesta especificação, ou ainda pela fiscalização do DER/DF. O ligante asfáltico não deve ser distribuído com temperatura ambiente inferior a 10°C, em dias de chuva, ou quando a superfície a ser pintada apresentar qualquer sinal de excesso de umidade.

O ligante betuminoso a ser empregado será a emulsão asfáltica tipo RR-1C E, conforme Norma DNER-ES 395/99, sendo que a taxa residual de 0,4 a 0,5 l/m². A taxa efetiva será aquela determinada na obra, e que será utilizada para a medição do serviço. Para a preparação da superfície, deverá ser realizada a varredura com vassouras mecânicas rotativas ou jato de ar comprimido.

A viscosidade recomendada para o espalhamento da emulsão deve estar no máx. 70 segundos “Saybolt-Furol” ,além da viscosidade deve ser observado todos as característica descrita no anexo A da Norma DNIT 128/2010-EM.

Para a execução da pintura deverá ser observado o item 5.3 da Norma DNER-ES 395/99. A aplicação do RR-1C E na obra deverá ser realizada por carros distribuidores, conforme item 5.2, da Norma DNER-ES 395/99 e ficará condicionada à aprovação do produto pela Diretoria de Tecnologia do DITEC/SUTEC/DER/DF, mediante solicitação da Fiscalização do órgão.

O serviço será medido pela área executada, em metros quadrados (m²). O material betuminoso será pago à parte em conformidade com a tabela da ANP.

Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) com Asfalto Modificado por Polímero SBS, com teor de 6,0%.

O concreto asfáltico usinado a quente – CAUQ deverá atender à Norma DNER 385/1999–ES, com relação aos: materiais, equipamentos, execução e controle de qualidade dos materiais empregados, além das condições de conformidade e de medição dos serviços. O Revestimento de CAUQ deverá ser aplicado em três camadas: sendo a primeira com espessura igual a 4,5 cm, a segunda e a terceira ambas com espessura igual a 4,0 cm, em conformidade com o projeto de pavimentação elaborado pela Empresa Projetista ARIA Empreendimentos Sustentáveis.

O CAUQ a ser aplicado deverá estar enquadrado de acordo com a norma do DNER 385/1999–ES, sendo aplicado para rodovia em três camadas de revestimento na Faixa “C”, com atenção especial ao item 5.2 (Composição da Mistura) dessa especificação.

A CONTRATADA deverá obrigatoriamente apresentar um projeto da mistura asfáltica resultante da confecção do CAUQ a ser executado na obra, em consonância com as Normas DNER 385/1999–ES, com relação ao grau de compactação da mistura asfáltica atentar para o item 7.2.2 Espalhamento e compactação da mistura, e, deverá também apresentar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Este projeto (traço) deverá ser submetido à DITEC/SUTEC/DER-DF, mediante solicitação da Fiscalização do órgão, sendo facultado ao DER/DF o acompanhamento dos ensaios necessários para a elaboração desse projeto (traço). O traço a ser usado será determinado em função das fontes de agregados utilizados na obra, devendo, no entanto, a mistura de materiais estar enquadrada em faixa de trabalho específica, a mesma deve estar no limite inferior da faixa especificada a ser proposta pela CONTRATADA e aprovada pelo DER/DF. A aplicação do CAUQ ficará condicionada à aprovação do traço pela Diretoria de Tecnologia (DITEC) do DER-DF, mediante solicitação da FISCALIZAÇÃO do DER-DF. Deverá ser usado como ligante o cimento asfáltico de petróleo (CAP-60/85-E com adição de Polímero SBS com teor de 6,0%). A mistura asfáltica resultante da confecção da camada de rolamento executada na obra será objeto de análises específicas do DER/DF e deverá atender aos parâmetros de projeto relativo à faixa granulométrica (com um grau de confiança de 85%), porcentagem de vazios, relação betume/vazios, estabilidade e resistência à tração por compressão diametral estática. A deflexão recuperável, a ser obtida sobre a superfície após a aplicação da primeira camada de CAUQ de 4,5 cm de espessura deverá apresentar um valor máximo de 36 centésimos de milímetros. A deflexão recuperável, a ser obtida sobre a superfície após a aplicação da segunda camada de CAUQ de 4,0 cm de espessura deverá apresentar um valor máximo de 32 centésimos de milímetros. A deflexão recuperável, a ser obtida sobre a superfície após a aplicação da camada de rolamento de CAUQ de 4,0 cm de espessura deverá apresentar um valor máximo de 29 centésimos de milímetros. Não sendo atingidas as deflexões estipuladas para as camadas, as ocorrências deverão ser submetidas à

DITEC/SUTEC/DER-DF para avaliação, caso a caso à critério da FISCALIZAÇÃO. Caso se verifique espessuras inferiores a 90% do valor especificado em trechos com extensões superiores a 100 (cem) metros, deverá ser executada nova camada de CAUQ com espessura mínima exequível sobre o segmento deficiente e às expensas da CONTRATADA.

Em relação Condições de Segurança, a CONTRATADA deverá refazer o projeto da mistura asfáltica caso não seja atendido o item 7.3-d, da Norma DNIT 031/2006 – ES, o que somente será possível de ser verificado após a execução dos ensaios de Pêndulo Britânico e Mancha de Areia. No momento da execução do Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), especificamente com relação a compactação da mistura asfáltica, é proibida a aspersão de óleo diesel nos pneus rolo compactador, ou qualquer outro produto misturado a este. Sendo permitida a aspersão de produto líquido antiaderente destinado a esta operação, existe a possibilidade de aplicação de outros produtos como a finalidade de que a massa asfáltica não fique aderida aos pneus dos rolos compactadores, desde que aprovados previamente pela Fiscalização do DER-DF. O serviço será medido em tonelada de material aplicado na pista (t), medido pelo volume determinado pelas seções transversais do projeto, e aplicada a densidade da massa fornecida pela DITEC/SUTEC/DER-DF. O material betuminoso será pago à parte, em conformidade com a tabela da ANP.

2.4 DRENAGEM

Os serviços de drenagem deverão ser executados conforme projetos a serem fornecidos pelo DER/DF e as especificações do DNIT (manual e álbum tipo). Tendo em vista os potenciais impactos ambientais desencadeados após a obra, deverão ser adotadas pela CONTRATADA as seguintes medidas, a seguir:

2.4.1. Entradas e Descidas D'Água (EDA)

As entradas d'água são os dispositivos que coletam as águas conduzidas geralmente por meios-fios ou sarjetas e as conduzem às descidas d'água ou demais dispositivos, em pontos baixos ou em pontos de greide contínuo em que a vazão limite dos dispositivos de condução longitudinal é atingida. No caso de pontos baixos, a entrada d'água recebe fluxo pelos dois lados e, no caso de greide contínuo, apenas do lado de montante.

As descidas rápidas em canal retangular de concreto destinam-se a conduzir as águas canalizadas pelos meios fios ou sarjetas por meio do talude de aterros até o terreno natural. São constituídas por canais retangulares de concreto, moldados “in loco”, armados ou não. Será feita a escavação do canal de assentamento da descida, inclusive dentes de ancoragem, impondo-se um excesso lateral destinado à instalação de formas. Em seguida, será realizada a compactação da superfície resultante da escavação, instalação das formas e das armaduras, concretagem a partir de sua porção inferior,

retirada das formas após a cura do concreto e complementação das laterais com solo local compactado.

Os serviços serão aceitos desde que o acabamento seja julgado satisfatório, pela FISCALIZAÇÃO do DER/DF, as dimensões externas do dispositivo não estejam diferentes das de projeto em mais que 10% em pontos isolados e a resistência à compressão simples seja superior à resistência característica especificada no projeto.

As entradas d'água serão medidas pela determinação do número de unidades executadas de acordo com o tipo empregado.

O pagamento será por preço unitário proposto para cada dispositivo, efetivamente executado.

2.4.2. Meio Fios

Serão implantados meio fios em concreto pré fabricado, dimensões 100x15x13x30 conforme especificado no projeto executivo a ser fornecido pelo DER/DF, atendendo a especificação DNIT 020/2006 – ES – Drenagem – Meio fio e guias. Os meios-fios serão implantados nos locais definidos no projeto, com atenção especial aos alinhamentos vertical e horizontal. Os meios-fios deverão ser escorados com bolas de concreto de Cimento Portland $F_{ck} \geq 11$ MPa, aplicadas nas juntas.

O serviço será medido considerando a extensão linear executada, em metros (m).

2.4.3. Interferência com Redes de Outras Concessionárias

Antes de iniciar qualquer frente de serviço, a CONTRATADA deverá ter solicitado junto às concessionárias de serviços públicos, o cadastro de suas redes. Todos os pedidos de cadastro deverão ser registrados no Diário de Obra. É responsabilidade da CONTRATADA qualquer dano causado às redes públicas existentes nas proximidades durante a execução da obra.

2.5 SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO

O projeto abrange a sinalização horizontal e vertical para rodovia. A sinalização vertical compreende a instalação de placas. A sinalização horizontal constitui-se de linhas, setas, dizeres e pictogramas pintados no pavimento. A execução da sinalização deverá obedecer ao projeto a ser fornecido pelo DER/DF e, ainda, estar de acordo com os Manuais de Sinalização de Trânsito do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e especificações vigentes no DNIT.

2.5.1. Sinalização Vertical

Compõem-se de grupo de sinais destinados à regulamentação, advertência, informação e educação. A implantação das placas deverá ser executada conforme as instruções contidas no Anexo II do

Código de Trânsito Brasileiro (CTB). As placas deverão ser diagramadas de acordo com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Sinalização Vertical de Indicação, Volume III, CONTRAN, e confeccionadas de acordo com a especificação DNIT 101/09 – ES, com as seguintes particularidades:

2.5.1.1 Placas Simples

Conforme as Diretrizes Técnicas para Serviços Rodoviários, elaboradas pelo DNIT, as placas instaladas na rodovia, deverão ser de chapa de aço zincado especial, com o mínimo de 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, aplainado, semimanufaturado, na espessura 1,25 mm, pintado por sistema contínuo e curado à temperatura de 350°C, com tratamento à base de cromo e pintura com 05 micra de primerepóxi em cada face mais 20 micra de poliéster preto na face anterior, conforme o tratamento abaixo:

Imersão em vapor de tricloroetileno; Imersão em solução alcalina;

Imersão em solução de 6% a 8% de ácido fosfórico a 38°C, lavado em seguida com água fria corrente e, após, quente;

Tinta base – aplicação de cromato de zinco. Tinta de acabamento com tinta de resina sintética de secagem em estufa a 140°C (podendo ser usadas outras resinas, mantendo-se o mesmo padrão de qualidade); e

Uma das faces será pintada de preto e a outra será revestida de película refletiva conforme especificado em projeto na cor base do sinal.

A estrutura de sustentação das placas térreas será com perfil em “L” e em tubo de aço galvanizado de 2 ½" de diâmetro interno, e com 3,0 mm de parede.

Os dispositivos de fixação deverão ser em aço carbono SAE 1008/1020 e submetidos à galvanização das partes internas e externas.

As películas refletivas deverão ser do tipo I + III (ABNT).

Obs.: A execução da sinalização deverá obedecer ao projeto a ser fornecido pelo DER/DF.

2.5.1.2 Retrorrefletividade

Todos os sinais devem ser retrorrefletivos, exceto as partes de cor preta, sempre opacas, que aparecerão por contraste. A retrorrefletividade do sinal é obtida utilizando-se películas retrorrefletivas, apropriadas a cada tipo de utilização, aplicadas como fundo do sinal.

As letras, números, orlas, tarjas, símbolos e legendas podem ser obtidos por: Montagem com películas retrorrefletivas recortadas;

Impressão em *silk-screen*, com pasta translúcida colorida;

Aplicação de película translúcida colorida sobre o fundo branco, com recorte eletrônico da mensagem.

Obs.: Os sinais devem apresentar as mesmas características de forma, dimensão e cor determinada no manual do DER-SP, tanto na presença de luz natural quanto sob refletorização.

O serviço de sinalização vertical será medido conforme a categoria da placa, seja por unidade (und) ou metros quadrados (m²).

2.5.1.3 Fixação e Suportes

Os suportes das placas de sinalização devem ser fixados de modo a mantê-las permanentemente na posição apropriada, evitando que balancem com o vento ou que sejam giradas ou deslocadas. As placas colocadas ao lado ou em projeção sobre a rodovia devem possuir suportes próprios de fixação: colunas simples; colunas duplas e pórticos.

Os suportes serão contabilizados por unidade (und) conforme a especificação das placas.

2.5.2. Sinalização Horizontal

Consiste na execução de marcas viárias no pavimento da rodovia e ciclovia de acordo com os projetos a serem fornecidos pelo DER-DF, utilizando-se os materiais especificados nos itens a seguir.

Os serviços de sinalização horizontal deverão ser executados imediatamente após a liberação (pela Fiscalização do DER/DF) dos trechos de pista finalizados e deverão obedecer à especificação DNIT 100/09 – ES, com as seguintes particularidades:

2.5.2.1 Pintura de Faixas Inscricões no Pavimento, Setas e Zebrados

Na **RODOVIA** será empregado material termoplástico na pintura das linhas de bordo e de delimitação de faixas, contínuas ou tracejadas, nas linhas de retenção, nas cores branca ou amarela, conforme o projeto. Será utilizado material termoplástico tipo “spray”, com espessura de 1,5mm, em conformidade com a norma DNER- EM 372/2000.

A pintura das inscrições no pavimento, setas e dos zebrados na pista de rolamento da rodovia deverá ser, conforme projeto,

- feita com material termoplástico, por aspersão, mediante a utilização de equipamentos, ferramentas e gabaritos adequados. A espessura úmida da tinta a ser aplicada deve ser de 1,5 mm; ou
- feita com material termoplástico, por extrusão, com espessura de 3,0mm, mediante a utilização de equipamentos, ferramentas e gabaritos adequados.

A tacha, por sua vez, é o dispositivo delimitador utilizado para melhorar a percepção do condutor quanto aos limites do espaço destinado ao rolamento e a sua separação em faixas de circulação, fixada na superfície do pavimento. Consiste em um corpo resistente aos esforços provocados pelo tráfego, possuindo uma ou duas faces retrorrefletivas, nas cores compatíveis com a marca viária.

Já o tachão, deverá ser de material com alta resistência a compressão, cujo dimensionamento e o tipo de material a ser utilizado para estruturar internamente o tachão, deverá atender à especificação Complementar nº 06 do DNIT.

O retrorrefletor deverá manter a reflexão durante o período de garantia da peça e deverá estar perfeitamente embutido no corpo do tachão, o retrorrefletor deverá resistir aos impactos pneumáticos e as condições ambientais. O tachão deverá apresentar embutido em seu corpo, dois pinos de fixação (cabeça de forma arredondada) com superfície rosqueada ou outra forma de ranhura no sentido transversal, para permitir melhor aderência dos pinos no material de fixação no pavimento.

Deverão estar em conformidade com a ABNT NBR 14636 - Sinalização Horizontal Viária — Tachas refletivas viárias — Requisitos, e ABNT NBR 15576 - Sinalização Horizontal Viária - Tachões refletivos viários - Requisitos e métodos de ensaios.

As tachas refletivas deverão ter o elemento refletivo do tipo II, e o corpo do tipo B, os tachões refletivos deverão ser do tipo I. Estes elementos serão implantados conforme previsto no projeto fornecido pelo DER-DF.

A fixação das tachas e tachões deverão ser por meio mecânico-químico.

Para a aplicação das tachas e tachões deverão ser obedecidos, no que couberem, os itens 4.9 Inspeção de recebimento, e 5 Amostragem, da Norma ABNT NBR 15576/2015. A empresa CONTRATADA deverá fornecer os laudos dos ensaios preconizados nas Normas acima citadas, por laboratórios certificados pela ABIPTI - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO.

2.6 ACESSIBILIDADE

2.6.1. Sinalização Tátil

A sinalização tátil de alerta e direcional será instalada em todo o percurso de entorno a ser urbanizado da passarela com a finalidade de orientar e conduzir o pedestre ao deslocamento seguro, de acordo com o projeto de acessibilidade e será composta por faixas feitas a partir de placas com relevos, que podem ser percebidos pelo toque do bastão ou bengala e também pelo solado do calçado. Será do tipo ladrilho hidráulico, assentado com argamassa de cimento e areia no traço 1:5, espessura 1mm. O piso tátil de ALERTA será na cor VERMELHA, e o piso tátil DIRECIONAL

será na cor AZUL, conforme especificações do projeto de arquitetura e deverá obedecer à norma da ABNT NBR 16537/2016.

Os pisos táteis serão de dois modelos:

- Piso Direcional;
- Piso de Alerta;
- Dimensões:
- Largura: 250 mm;
- Comprimento: 250 mm;
- Distância horizontal entre centros de relevo: 50 mm;
- Espessura da placa: 20 mm;
- Altura do relevo: 5 mm.

2.6.2. Baia de ônibus

As áreas destinadas às baias de parada de ônibus serão executadas em pavimento rígido (concreto), conforme projeto-tipo executivo fornecido pelo DER-DF.

Os detalhes construtivos estão apresentados nas pranchas dos projetos, bem como os quantitativos.

A realização deste serviço será efetuada da seguinte forma:

Pavimento de concreto das baias de ônibus

Os pavimentos rígidos serão dimensionados para receber cargas, sejam elas distribuídas ou pontuais (cargas na borda, no canto ou no interior das placas) ou móveis (rodas de veículos ou de máquinas empilhadeiras). Além dessas cargas, o efeito de temperatura e retração também produz deformações nos pavimentos, causando esforços na estrutura.

Estas tensões, se não forem devidamente tratadas, reduzem o tempo de vida útil do pavimento. Dessa maneira, faz-se necessário o planejamento de juntas que permitam a movimentação das placas controlando as fissuras.

Juntas

Junta é uma separação física entre duas partes de uma estrutura, para que estas partes possam se movimentar sem a transmissão de esforços entre elas.

A localização e a direção das juntas, no sentido vertical ou horizontal, a amplitude do seu movimento e o uso a que se destina na área que elas atravessam, são fatores que precisam ser levados em conta no desenho das juntas e na especificação dos produtos e sistemas de sua vedação.

Ao estudar a colocação e a forma das juntas, deve-se considerar detalhadamente as diversas influências externas, que possam afetar o concreto e influir no desempenho da junta, tais como:

- contração devido à cura;
- movimento devido à umidade;
- movimento térmico;
- recalque da estrutura;
- forças lineares;
- fixação dos elementos que estarão sobre a estrutura, etc.

Junta de Concretagem (JC)

São as juntas construtivas de um pavimento, sendo que o seu espaçamento está limitado pelo tipo de equipamento utilizado, geometria da área e aos índices de planicidade a serem obtidos.

As juntas de construção podem possuir encaixes do tipo macho e fêmea ou utilizarem barras de transferência. As do tipo macho e fêmea tem tido o seu emprego reduzido por terem baixa capacidade de transferência de carga, por dificuldades executivas e, principalmente pela grande ocorrência de fissuras próximo das bordas (Rodrigues & Cassaro, 1998). Este tipo de dispositivo de transferência de carga não deve ser utilizado para pisos com espessura menor do que 15,00 cm.

Em função da presença de vários profissionais, equipamentos e, eventualmente, caminhões betoneiras, deverá ter muita atenção com o alinhamento e posicionamento das barras de transferência.

Junta de Serragem ou Junta Serrada (JS)

Logo após o processo de acabamento do concreto, deverá ser iniciado o corte das juntas transversais de retração, também conhecidas como juntas serradas.

Juntas serradas são fundamentais para permitir as movimentações do concreto e a adequada transferência de carga entre placas, assegurando a planicidade e a qualidade do piso.

Para que a junta serrada trabalhe na seção planejada, é necessário que o corte tenha profundidade de no mínimo 40,00 mm e pelo menos 1/3 da espessura do piso. A abertura do corte é definida pelo disco de corte utilizado, normalmente, próximo a 3,00 mm.

2.6.3. Abrigo de ônibus

Conforme projeto-tipo executivo do fornecido pelo DER-DF, alguns abrigos deverão ser removidos e recolocados.

Os detalhes construtivos estão apresentados nas pranchas dos projetos, bem como os quantitativos.

A obra deverá ser entregue perfeitamente limpa, com todas as instalações e mobiliários urbanos em perfeito estado.

2.6.4. Calçada em concreto

Conforme especificação de projeto, será executado pavimento de concreto moldado in loco, com acabamento convencional e com espessura de 6 cm. Resistência característica à compressão (Fck) aos 28 (vinte e oito) dias de, no mínimo, 18 MPa. Modulação 200x300 cm com juntas plásticas de ½". Adição de aditivos impermeabilizantes e plastificantes contra fissuras. O confinamento do concreto será feito com meio-fio guia de concreto pré-moldado, o qual deverá ser construído antes do lançamento da camada de concreto e ficar 5 mm acima do piso. O cordão será de concreto usinado 15MPa, pré-moldado, seção 15x30 cm, rejunte em argamassa traço 1:3:5 (cimento e areia). A paginação do piso por meio de alternância de cores será obtida com o concreto com pigmentação nas cores amarelo e amarelo escuro, isso irá auxiliar na configuração dos espaços e no encaminhamento das rotas principais do projeto. A execução do piso deverá estar de acordo com o projeto de arquitetura, atendendo também às recomendações da NBR-9050/2015. A CONTRATADA deverá fornecer o projeto da paginação do piso com as respectivas juntas de dilatação. Quando não indicado em projeto, deverá ser considerada declividade mínima de 0,3% em direção às canaletas ou pontos de saída de água.

A superfície final deverá ser desempenada. As bordas do piso deverão ter arestas chanfradas ou boleadas, não sendo admitidos cantos vivos. Impedir a passagem sobre o piso por, no mínimo, 02 (dois) dias após a execução. A cura deverá ser feita conservando a superfície úmida durante 07 (sete) dias. O acabamento da superfície será com texturização, com o intuito de proporcionar mais aderência ao concreto, evitando o escorregamento dos usuários conforme projeto de arquitetura.

2.7 SISTEMA DE OBRAS COMPLEMENTARES

2.7.1. Plantio de Gramas

Será executado o plantio de grama, com hidrosseadura, nos locais indicados no projeto, bem como nas áreas de interesse para empréstimo de material terroso, localizadas na faixa de domínio da DF-001. Os serviços a serem executados deverão seguir os critérios técnicos estabelecidos pelo Manual de Vegetação Rodoviária do DNIT- Volume 01.

O serviço de plantio de gramas (hidrosseadura) será medido em (m²) metro quadrado de área efetivamente plantada.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Os itens abaixo serão de obrigação da CONTRATADA:

- Execução da placa da obra de acordo com o padrão fornecido pelo DER/DF;
- Todas as liberações e registros necessários junto ao Conselho Regional de Engenharia e

Agronomia do DF (CREA-DF), concessionárias e órgãos fiscalizadores;

- Instalação, manutenção e demolição do canteiro da obra, bem como a garantia da segurança permanente da área da obra e licenciamento do mesmo junto aos Órgãos competentes;
- Instalação para os funcionários da obra, conforme as normas vigentes, no que diz respeito à higiene e à segurança do trabalho;
- Fornecimento de todos os ferramentais, equipamentos, mão de obra, uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's).
- Despesas com obrigações trabalhistas, fiscais e de acidentes de trabalho;
- Indenizações relativas a danos contra terceiros, decorrentes das obras em execução;
- Elaboração e apresentação do Plano de Ataque dos Serviços, Plano de Gestão dos Resíduos gerados por ocasião da Obra e Plano de Ação de Emergência (para o caso de ocorrência/acidente envolvendo produtos perigosos durante a execução dos trabalhos), os quais deverão ser submetidos à aprovação do Executor do Contrato, antes do início das obras;
- Controle Geométrico e Tecnológico;
- Todas as demolições necessárias, movimento de terra, remanejamento de eventuais interferências.
- Materiais diversos e de acabamento ou qualquer serviço não especificado, mas que seja necessário para a perfeita e completa execução da obra, objeto do presente documento;
- Execução de Projeto “As Built” conforme o documento “Especificação para Elaboração do documento Como Construído/As Built para obras do DER/DF”, elaborado na SUTEC – DER/DF;

3.2 SEGURANÇA DO TRÁFEGO DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA

Deverá ser executada a sinalização para a execução das obras, bem como a operação de acordo com a orientação da Fiscalização do DER/DF e com o que preconiza o “Manual de Sinalização de Obras e Emergências em Rodovias” do DNIT – Publicação IPR – 738.

A operação de desvio e remanejamento de tráfego (quando necessário) dar-se-á por meio de Desvios a serem realizados na faixa de domínio, com sistema “PARE e SIGA”, em trechos de 1,0 km, por meio da preparação do subleito.

O custo de todos os materiais necessários bem como da mão de obra deverá fazer parte das despesas indiretas da CONTRATADA, ou seja, não serão remunerados diretamente pelo DER-DF, uma vez que a quantidade de sinalização dependerá da forma de ataque dos serviços pela CONTRATADA, devendo ser seguidas as instruções abaixo:

Deverá ser prevista quando necessário, a devida sinalização para o fechamento das entradas que dão acesso à rodovia, entradas estas que estejam na extensão determinada para a execução dos serviços, garantindo a segurança dos usuários na rodovia;

As placas deverão ser móveis para que possam ser reposicionadas no decorrer do desenvolvimento dos serviços;

Deverá ser prevista a sinalização noturna.

Especial atenção deverá ser dada aos pontos de entrada e saída de máquinas e veículos na obra e nos locais onde ocorrer bloqueio e/ou estrangulamento da faixa de tráfego.

A CONTRATADA será responsável, exclusiva, por todo e qualquer acidente que ocorra na obra, em virtude de falhas de segurança.

3.3 CONTROLE TECNOLÓGICO DA OBRA

O controle tecnológico da obra, controle dos materiais e controle da execução do serviço é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá realizar, em seu laboratório ou em laboratório de sua confiança, os ensaios e os controles de acordo com as especificações adotadas.

A Diretoria de Tecnologia (DITEC) do DER/DF é responsável pelo acompanhamento, por inspeções do serviço e por determinações de valores de aferição, cabendo-lhe fazer ensaios, verificações e medições, que julgar necessários.

A CONTRATADA, para a realização dos serviços de controle tecnológico, deverá apresentar, para aprovação do DER/DF, um documento com nomes e currículos dos componentes da equipe técnica, bem como a relação dos equipamentos necessários para a realização dos ensaios exigidos para a obra em questão.

A qualquer momento, a Fiscalização do DER/DF poderá solicitar, a seu critério, a substituição imediata da empresa ou de qualquer membro da equipe de controle tecnológico, caso venham a demonstrar falta de capacidade para a execução dos serviços, assim como comportamento incompatível com as tarefas a serem executadas no campo.

A liberação do serviço poderá ser feita com os resultados dos ensaios executados pelo laboratório da CONTRATADA, o qual estará sujeito à confirmação pelo laboratório do DER/DF, que poderá exigir novo ensaio do laboratório da CONTRATADA. Em caso de incorreção, a CONTRATADA deverá refazer o serviço. As liberações pelo DER/DF dos serviços executados não exime a CONTRATADA da responsabilidade por problemas que porventura ocorram nos serviços, dentro do prazo de responsabilidade civil, cabendo à mesma corrigir as falhas, à suas expensas.

Os resultados do controle tecnológico (controle do material e controle da execução), referenciados a obra, trecho e estaqueamento, deverão ser apresentados à Fiscalização que por sua vez deverá encaminhá-los à DITEC/DER-DF.

A realização da medição final dos serviços constantes do contrato e a emissão do respectivo termo de recebimento provisório da obra ficarão condicionadas à apresentação e anexação, ao processo do contrato, do Dossiê de Controle de Qualidade, na sua versão final, que será emitido pela

CONTRATADA e aprovado pela DITEC/SUTEC, onde deverão constar os seguintes itens, primordialmente:

- Apreciação sobre os métodos construtivos adotados na execução dos serviços;
- Apreciação sobre os métodos e técnicas empregados no controle tecnológico da obra, quer seja este feito pela CONTRATADA (terceirizado ou não) ou pelo DER/DF;
- Indicação da frequência de amostragem dos laboratórios contratados (ou da própria CONTRATADA) ou DER/DF;
- Apresentação da análise estatística dos resultados tendo como base as normas para controle de qualidade do DNIT ou ABNT; e
- Apresentação dos certificados de qualidade, quando couber, de todos os materiais empregados na obra que tenham sua produção ou fabricação fora da mesma, como no caso de cimento, aço, derivados de petróleo, tubos, elementos pré-fabricados, etc.

3.4 EQUIPE TÉCNICA/MÃO DE OBRA

As empresas licitantes deverão apresentar a relação completa da mão de obra a ser utilizada na execução dos serviços devendo conter, necessariamente, a qualificação do profissional, a quantidade e o padrão salarial em salários mínimos vigentes, dispondo no mínimo de:

- Engenheiro Florestal
- Técnico em Meio Ambiente
- Engenheiro Supervisor
- Engenheiro Auxiliar
- Auxiliar Técnico
- Almoхарife
- Auxiliar de Laboratório (Solos e Asfalto)
- Auxiliar de Topografia
- Encarregado de Pavimentação/Terraplenagem
- Encarregado de Turma
- Laboratorista (Solos e Asfalto)
- Técnico em Segurança do Trabalho
- Topógrafo
- Apontador
- Porteiro
- Vigia Diurno/Noturno

3.5 EQUIPAMENTO MÍNIMO

As empresas licitantes deverão apresentar a relação completa dos equipamentos a serem utilizados na execução e controle tecnológico das obras devendo conter, necessariamente, o tipo, a quantidade, marca, modelo, ano de fabricação e condições de uso.

No mínimo:

- Caminhão basculante com capacidade mínima de 14 m³ e potência de 323 kw;
- Caminhão tanque com capacidade mínima 10.000 litros;
- Rolo compactador pé de carneiro, vibratório, autopropelido, com potência mínima de 82 kw e massa de 11,6 ton.;
- Motoniveladora com potência mínima - 93 kW;
- Rolo compactador de pneus autopropelido com potência mínima 85kw e massa de 27 ton.;
- Carregadeira de pneus com capacidade mínima de 3,3 m³ e potência de 213 kW;
- Trator de esteiras com lâmina com potência mínima de 259 kW;
- Vibro-acabadora de asfalto sobre esteiras com potência mínima de 82 kW;
- Rolo compactador liso autopropelido vibratório com potência mínima de 97 kw e massa de 11 ton.;
- Escavadeira hidráulica sobre esteira com caçamba com capacidade mínima de 1,5 m³ - 110 kW;
- Caminhão tanque distribuidor de asfalto com capacidade de 6.000 litros - 7 KW/ 136 kW ;
- Distribuidor de agregados autopropelido - 130 kW;
- Retroescavadeira de pneus com potência mínima de 58 kW;
- Tanque de estocagem de asfalto com capacidade mínima de 30.000 litros;
- Caminhão carroceria com capacidade mínima de 5 ton. e potência de 115 kW.

3.6 REGIME DE CONSÓRCIO

Não será permitido consórcio.

3.7 SUBCONTRATAÇÃO

A critério exclusivo do DER-DF e mediante prévia e expressa autorização da Diretoria Colegiada do DER-DF, sob proposta da Superintendência interessada, o contrato poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30%, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

3.8 CAPACIDADE TÉCNICA DO PROFISSIONAL

Comprovação do Responsável Técnico da licitante ter executado, a qualquer tempo obras compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado(s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da(s) Certidões de Acervo Técnico - CAT's e indicação da(s) Anotações de Responsabilidade Técnicas - ART's e - emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução do(s) seguinte(s) serviço(s):

1 - Pavimentação

- Execução de Pavimento Asfáltico
- Execução de base ou sub-base de solo melhorado

3.9 CAPACIDADE OPERATIVA DA EMPRESA

Trata-se de comprovação que a licitante tenha executado, a qualquer tempo, serviços de obras compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão(ões) ou atestado (s). Os atestados para capacidade operativa da empresa deverá ser acompanhados das respectivas CAT(s) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional o nome da pessoa jurídica do licitante como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução nº 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

É admitido o somatório de atestados de capacidade técnica de uma mesma empresa para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos para habilitação técnica-operacional, consoante Decisão nº 1857/2014-TCDF.

- Execução de Pavimento Asfáltico: 3.700 Ton.
- Execução de base ou sub-base de solo melhorado: 1.600m³

3.10 PLANO DE ATAQUE DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar o Plano de Ataque dos Serviços, antes do início das obras, contendo, no mínimo:

- Projeto de sinalização viária para execução das obras;
- Frentes de serviço;
- Sequência executiva;
- Cronograma físico-financeiro adequado ao período de execução;
- Solução técnica a ser adotada para a contenção do carreamento de solos para os cursos

d'água;

- Solução técnica a ser adotada caso o lençol freático seja atingido;
- Plano de supressão vegetal (se for o caso);
- Plano de gerenciamento dos resíduos gerados pela obra;
- Plano de Ação de Emergência – PAE (para o caso de ocorrência/acidente envolvendo produtos perigosos durante a execução dos trabalhos).

O Termo de Referência correspondente ao Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos poderá ser adquirido junto à Diretoria de Meio Ambiente (DIMAM/SUTEC/DER-DF).

4. ORÇAMENTO BASE

O orçamento foi elaborado com base nos custos unitários dos serviços e nas quantidades previstas para serem executadas, conforme planilhas anexas.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA

A obra deverá ser executada num prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, cabendo à CONTRATADA apresentar o respectivo cronograma físico-financeiro com o tempo e as respectivas etapas de execução ajustadas visando atender as condições para a realização do empreendimento no intervalo estipulado e submetê-lo à aprovação do Executor do Contrato antes do início das obras.

ANEXO VIII
ORÇAMENTO ESTIMATIVO

| Item | Fonte | Macrosserviço / Serviço | Qtd. | Und. | Custo Referência | Custo Unitário | BDI | Preço Unitário | Preço Total |
|----------|-------------------|--|------|------|------------------|----------------|--------|----------------|----------------------|
| 1 | | Canteiro de Obras | | | | | | | R\$259.762,52 |
| 1.1 | Outros - 5502985 | Limpeza mecanizada da camada vegetal | 600 | M2 | R\$0,40 | R\$0,40 | 20,62% | R\$0,48 | R\$288,00 |
| 1.2 | Outros - 100999 | CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M ³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M ³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: T). AF_07/2020 | 90 | T | R\$5,09 | R\$5,09 | 20,62% | R\$6,14 | R\$552,60 |
| 1.3 | Outros - 5915321 | Transporte com caminhão basculante de 14 m ³ - rodovia pavimentada | 45 | TXKM | R\$0,48 | R\$0,48 | 20,62% | R\$0,58 | R\$26,10 |
| 1.4 | Outros - 4413942M | Espalhamento de material em bota-espera | 60 | M3 | R\$1,41 | R\$1,41 | 20,62% | R\$1,70 | R\$102,00 |
| 1.5 | Outros - 4011209 | Regularização do subleito | 600 | M2 | R\$0,92 | R\$0,92 | 20,62% | R\$1,11 | R\$666,00 |
| 1.6 | Outros - 903845 | Lastro de brita comercial - espalhamento mecânico | 9 | M3 | R\$119,33 | R\$119,33 | 20,62% | R\$143,94 | R\$1.295,46 |
| 1.7 | Outros - 98459M | TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_05/2018 | 220 | M2 | R\$129,51 | R\$129,51 | 20,62% | R\$156,21 | R\$34.366,20 |

| | | | | | | | | | |
|------|------------------|--|-----|----|--------------|--------------|--------|--------------|--------------|
| 1.8 | Outros - 97637M | REMOÇÃO DE TAPUME/ CHAPAS METÁLICAS E DE MADEIRA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017 | 220 | M2 | R\$2,37 | R\$2,37 | 20,62% | R\$2,86 | R\$629,20 |
| 1.9 | Outros - CPU1832 | Container 2 TEUs com revestimento térmico, janela e banheiro - inclusive montagem e desmontagem - utilização 5 vezes. (Escritório e Seção Técnica) | 1 | UN | R\$14.420,97 | R\$14.420,97 | 20,62% | R\$17.394,57 | R\$17.394,57 |
| 1.10 | Outros - CPU1833 | Container 1 TEU duplo - inclusive montagem e desmontagem - utilização 5 vezes. (Refeitório) | 1 | UN | R\$17.929,44 | R\$17.929,44 | 20,62% | R\$21.626,49 | R\$21.626,49 |
| 1.11 | Outros - CPU1834 | Container 1 TEU com banheiro - inclusive montagem e desmenotagem - utilização 5 vezes (Banheiro e Vestiário) | 2 | UN | R\$12.172,22 | R\$12.172,22 | 20,62% | R\$14.682,13 | R\$29.364,26 |
| 1.12 | Outros - CPU1835 | Container 3/4 TEU com janela - inclusive montagem e desmontagem - utilização 5 vezes (Guarita) | 1 | UN | R\$8.050,26 | R\$8.050,26 | 20,62% | R\$9.710,22 | R\$9.710,22 |
| 1.13 | Outros - CPU1836 | Container 1 TEU duplo - inclusive montagem e desmontagem - utilização 5 vezes (Almoxarifado) | 1 | UN | R\$17.929,44 | R\$17.929,44 | 20,62% | R\$21.626,49 | R\$21.626,49 |
| 1.14 | Outros - CPU1442 | Fornecimento e implantação de lixeira dupla, cestos em chapa de aço e pintura eletrostática. | 3 | UN | R\$1.105,58 | R\$1.105,58 | 20,62% | R\$1.333,55 | R\$4.000,65 |

| | | | | | | | | | |
|------|-------------------|---|----|----|-------------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 1.15 | Outros - 74209/1M | PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO | 27 | M2 | R\$331,99 | R\$331,99 | 20,62% | R\$400,45 | R\$10.812,15 |
| 1.16 | Outros - 93214M | EXECUÇÃO DE RESERVATÓRIO ELEVADO DE ÁGUA (1000 LITROS) EM CANTEIRO DE OBRA, APOIADO EM ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_02/2016 | 1 | UN | R\$6.560,91 | R\$6.560,91 | 20,62% | R\$7.913,77 | R\$7.913,77 |
| 1.17 | Outros - 89355M | TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014 | 20 | M | R\$18,63 | R\$18,63 | 20,62% | R\$22,47 | R\$449,40 |
| 1.18 | Outros - 41598M | ENTRADA PROVISORIA DE ENERGIA ELETRICA AREA TRIFÁSICA 40A EM POSTE MADEIRA | 1 | UN | R\$2.374,58 | R\$2.374,58 | 20,62% | R\$2.864,22 | R\$2.864,22 |
| 1.19 | Outros - 98082M | TANQUE SÉPTICO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 1,0 X 2,0 X 1,4 M, VOLUME ÚTIL: 2000 L (PARA 5 CONTRIBUINTES). AF_12/2020 | 1 | UN | R\$3.957,33 | R\$3.957,33 | 20,62% | R\$4.773,33 | R\$4.773,33 |

| | | | | | | | | | |
|------|------------------|---|----|-----|-------------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 1.20 | Outros - 98094M | SUMIDOURO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8 X 1,4 X 3,0 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 13,2 M ² (PARA 5 CONTRIBUINTES). AF_12/2020 | 1 | UN | R\$2.793,04 | R\$2.793,04 | 20,62% | R\$3.368,96 | R\$3.368,96 |
| 1.21 | Outros - 93582M | EXECUÇÃO DE CENTRAL DE ARMADURA EM CANTEIRO DE OBRA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_04/2016 | 20 | M2 | R\$279,31 | R\$279,31 | 20,62% | R\$336,90 | R\$6.738,00 |
| 1.22 | Outros - 93583M | EXECUÇÃO DE CENTRAL DE FÔRMAS, PRODUÇÃO DE ARGAMASSA OU CONCRETO EM CANTEIRO DE OBRA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_04/2016 | 20 | M2 | R\$451,50 | R\$451,50 | 20,62% | R\$544,60 | R\$10.892,00 |
| 1.23 | Outros - CPU1838 | CUSTOS DIVERSOS (energia, água e saneamento, telefone, limpeza, materiais de escritório, informática) | 48 | UN | R\$129,84 | R\$129,84 | 20,62% | R\$156,61 | R\$7.517,28 |
| 1.24 | Outros - CPU1840 | MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO. | 48 | UN | R\$523,83 | R\$523,83 | 20,62% | R\$631,84 | R\$30.328,32 |
| 1.25 | Outros - CPU1841 | Laboratório de asfalto (Tabela de Consultoria-DNIT) | 3 | MES | R\$6.049,15 | R\$6.049,15 | 20,62% | R\$7.296,48 | R\$21.889,44 |

| | | | | | | | | | |
|----------|------------------|---|-----------|------|---------------|---------------|--------|---------------|---------------|
| 1.26 | Outros - CPU1844 | Topografia - Instalações e equipamentos (Tabela de Consultoria DNIT) | 3 | MES | R\$2.920,30 | R\$2.920,30 | 20,62% | R\$3.522,47 | R\$10.567,41 |
| 2 | | Manutenção de Canteiro | | | | | | | R\$1.573,97 |
| 2.1 | Outros - CPU1373 | Manutenção do Canteiro de Obra (Metodologia SICRO) | 1 | MES | R\$1.304,90 | R\$1.304,90 | 20,62% | R\$1.573,97 | R\$1.573,97 |
| 3 | | Administração Local | | | | | | | R\$265.301,55 |
| 3.1 | Outros - CPU1197 | Administração Local | 1 | UN | R\$219.948,21 | R\$219.948,21 | 20,62% | R\$265.301,53 | R\$265.301,55 |
| 4 | | Serviços Preliminares | | | | | | | R\$177.352,41 |
| 4.1 | Outros - 1600436 | Demolição de concreto simples | 42,43 | M3 | R\$258,69 | R\$258,69 | 20,62% | R\$312,03 | R\$13.239,43 |
| 4.2 | Outros - 5914479 | Transporte com caminhão carroceria de 15 t - rodovia pavimentada | 1.559,22 | TXKM | R\$0,66 | R\$0,66 | 20,62% | R\$0,80 | R\$1.247,38 |
| 4.3 | Outros - 4011479 | Fresagem contínua de revestimento asfáltico | 1500,08 | M3 | R\$44,18 | R\$44,18 | 20,62% | R\$53,29 | R\$79.939,26 |
| 4.4 | Outros - 5915321 | Transporte com caminhão basculante de 14 m ³ - rodovia pavimentada | 14.657,32 | TXKM | R\$0,48 | R\$0,48 | 20,62% | R\$0,58 | R\$8.501,25 |
| 4.5 | Outros - 4915667 | Remoção mecanizada de revestimento asfáltico | 13,1 | M3 | R\$3,66 | R\$3,66 | 20,62% | R\$4,41 | R\$57,77 |

| | | | | | | | | | |
|----------|-------------------|--|-----------|----|-------------|-------------|--------|-------------|------------------------|
| 4.6 | Outros - 98519M | REVOLVIMENTO E LIMPEZA MANUAL DE SOLO. AF_05/2018 | 131,03 | M2 | R\$1,78 | R\$1,78 | 20,62% | R\$2,15 | R\$281,71 |
| 4.7 | Outros - 4413905 | Hidrossemeadura | 131,03 | M2 | R\$3,50 | R\$3,50 | 20,62% | R\$4,22 | R\$552,95 |
| 4.8 | Outros - CPU1391 | Taxa de disposição final de resíduos da construção civil segregados. (Decreto n. 39.968 de 19/07/2019) | 5.483,42 | T | R\$13,41 | R\$13,41 | 0,00% | R\$13,41 | R\$73.532,66 |
| 5 | | Reconstrução de Pavimento | | | | | | | R\$5.362.192,43 |
| 5.1 | Outros - 4011304M | Reforço do subleito de solo melhorado com 1% de cal e mistura na pista | 10.800,25 | M3 | R\$7,59 | R\$7,59 | 20,62% | R\$9,16 | R\$98.930,29 |
| 5.2 | Outros - 4011227M | Sub-base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura | 1.800,04 | M3 | R\$4,99 | R\$4,99 | 20,62% | R\$6,02 | R\$10.836,24 |
| 5.3 | Outros - 4011278 | Base ou sub-base de brita graduada tratada com cimento com brita comercial | 3060,07 | M3 | R\$233,88 | R\$233,88 | 20,62% | R\$282,11 | R\$863.276,35 |
| 5.4 | Outros - 4011352 | Imprimação com emulsão asfáltica | 18.000,42 | M2 | R\$0,38 | R\$0,38 | 20,62% | R\$0,46 | R\$8.280,19 |
| 5.5 | Outros - CPU413 | Aquisição e Fornecimento de Emulsão Asfáltica para imprimação (EAI) - ANP JANEIRO/2022 | 23,4 | T | R\$3.454,07 | R\$3.454,07 | 15,00% | R\$3.972,18 | R\$92.949,01 |
| 5.6 | Outros - CPU416 | Transporte de emulsão asfáltica para serviço de imprimação (EAI) | 23,40 | T | R\$59,62 | R\$59,62 | 15,00% | R\$68,56 | R\$1.604,30 |

| | | | | | | | | | |
|----------|------------------|---|------------|------|-------------|-------------|--------|-------------|-----------------|
| 5.7 | Outros - 4011376 | Tratamento superficial duplo com emulsão com polímero - brita comercial | 18000,42 | M2 | R\$4,56 | R\$4,56 | 20,62% | R\$5,50 | R\$99.002,31 |
| 5.8 | Outros - CPU1190 | Aquisição e Fornecimento de Emulsão Asfáltica de Ruptura Rápida RR-1C-E ANP JANEIRO 2022 | 67,14 | T | R\$4.637,52 | R\$4.637,52 | 15,00% | R\$5.333,15 | R\$358.067,69 |
| 5.9 | Outros - CPU1193 | Transporte de emulsão asfáltica RR-1C-E | 67,14 | T | R\$59,62 | R\$59,62 | 15,00% | R\$68,56 | R\$4.603,12 |
| 5.10 | Outros - 4011354 | Pintura de ligação - emulsão com polímero | 54.001,26 | M2 | R\$0,26 | R\$0,26 | 20,62% | R\$0,31 | R\$16.740,39 |
| 5.11 | Outros - CPU1190 | Aquisição e Fornecimento de Emulsão Asfáltica de Ruptura Rápida RR-1C-E ANP JANEIRO 2022 | 24,3 | T | R\$4.637,52 | R\$4.637,52 | 15,00% | R\$5.333,15 | R\$129.595,55 |
| 5.12 | Outros - CPU1193 | Transporte de emulsão asfáltica RR-1C-E | 24,30 | T | R\$59,62 | R\$59,62 | 15,00% | R\$68,56 | R\$1.666,01 |
| 5.13 | Outros - 4011466 | Concreto asfáltico com asfalto polímero - faixa C - areia e brita comerciais | 5278,62 | T | R\$197,79 | R\$197,79 | 20,62% | R\$238,57 | R\$1.259.320,37 |
| 5.14 | Outros - 5915321 | Transporte com caminhão basculante de 14 m ³ - rodovia pavimentada | 118.769,02 | TXKM | R\$0,48 | R\$0,48 | 20,62% | R\$0,58 | R\$68.886,03 |
| 5.15 | Outros - CPU1374 | Aquisição e fornecimento de cimento asfáltico de petróleo com polímero CAP 60/85-E ANP JANEIRO 2022 | 310,49 | T | R\$6.127,40 | R\$6.127,40 | 15,00% | R\$7.046,51 | R\$2.187.870,89 |
| 5.16 | Outros - CPU1375 | Transporte de cimento asfáltico CAP 60/85-E | 310,49 | T | R\$449,68 | R\$449,68 | 15,00% | R\$517,13 | R\$160.563,69 |
| 6 | | Reciclagem de Pavimento (RCG) | | | | | | | R\$1.302.154,15 |

| | | | | | | | | | |
|------|-------------------|---|----------|------|-------------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 6.1 | Outros - 4011256M | Base estabilizada granulometricamente com mistura solo brita (90% - 10%) com 2% de cal na pista e brita comercial | 1.142,13 | M3 | R\$40,79 | R\$40,79 | 20,62% | R\$49,20 | R\$56.192,80 |
| 6.2 | Outros - 4011352 | Imprimação com emulsão asfáltica | 5710,67 | M2 | R\$0,38 | R\$0,38 | 20,62% | R\$0,46 | R\$2.626,91 |
| 6.3 | Outros - CPU413 | Aquisição e Fornecimento de Emulsão Asfáltica para imprimação (EAI) - ANP JANEIRO/2022 | 7,42 | T | R\$3.454,07 | R\$3.454,07 | 15,00% | R\$3.972,18 | R\$29.473,58 |
| 6.4 | Outros - CPU416 | Transporte de emulsão asfáltica para serviço de imprimação (EAI) | 7,42 | T | R\$59,62 | R\$59,62 | 15,00% | R\$68,56 | R\$508,72 |
| 6.5 | Outros - 4011354 | Pintura de ligação - emulsão com polímero | 17132,01 | M2 | R\$0,26 | R\$0,26 | 20,62% | R\$0,31 | R\$5.310,92 |
| 6.6 | Outros - CPU1190 | Aquisição e Fornecimento de Emulsão Asfáltica de Ruptura Rápida RR-1C-E ANP JANEIRO 2022 | 7,71 | T | R\$4.637,52 | R\$4.637,52 | 15,00% | R\$5.333,15 | R\$41.118,59 |
| 6.7 | Outros - CPU1193 | Transporte de emulsão asfáltica RR-1C-E | 7,71 | T | R\$59,62 | R\$59,62 | 15,00% | R\$68,56 | R\$528,60 |
| 6.8 | Outros - 4011466 | Concreto asfáltico com asfalto polímero - faixa C - areia e brita comerciais | 1674,65 | T | R\$197,79 | R\$197,79 | 20,62% | R\$238,57 | R\$399.521,25 |
| 6.9 | Outros - 5915321 | Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia pavimentada | 37679,71 | TXKM | R\$0,48 | R\$0,48 | 20,62% | R\$0,58 | R\$21.854,23 |
| 6.10 | Outros - CPU1374 | Aquisição e fornecimento de cimento asfáltico de petróleo com polímero CAP 60/85-E ANP JANEIRO 2022 | 98,50 | T | R\$6.127,40 | R\$6.127,40 | 15,00% | R\$7.046,51 | R\$694.081,24 |

| | | | | | | | | | |
|------|------------------|---|----------|------|-------------|-------------|--------|-------------|--------------|
| 6.11 | Outros - CPU1375 | Transporte de cimento asfáltico CAP 60/85-E | 98,5 | T | R\$449,68 | R\$449,68 | 15,00% | R\$517,13 | R\$50.937,31 |
| 7 | | Reparo Localizado Superficial (RLS) - 6,0cm | | | | | | | R\$53.830,31 |
| 7.1 | Outros - 4011352 | Imprimação com emulsão asfáltica | 255,51 | M2 | R\$0,38 | R\$0,38 | 20,62% | R\$0,46 | R\$117,53 |
| 7.2 | Outros - CPU413 | Aquisição e Fornecimento de Emulsão Asfáltica para imprimação (EAI) - ANP JANEIRO/2022 | 0,33 | T | R\$3.454,07 | R\$3.454,07 | 15,00% | R\$3.972,18 | R\$1.310,82 |
| 7.3 | Outros - CPU416 | Transporte de emulsão asfáltica para serviço de imprimação (EAI) | 0,33 | T | R\$59,62 | R\$59,62 | 15,00% | R\$68,56 | R\$22,62 |
| 7.4 | Outros - 4011354 | Pintura de ligação - emulsão com polímero | 255,51 | M2 | R\$0,26 | R\$0,26 | 20,62% | R\$0,31 | R\$79,21 |
| 7.5 | Outros - CPU1190 | Aquisição e Fornecimento de Emulsão Asfáltica de Ruptura Rápida RR-1C-E ANP JANEIRO 2022 | 0,11 | T | R\$4.637,52 | R\$4.637,52 | 15,00% | R\$5.333,15 | R\$586,65 |
| 7.6 | Outros - CPU1193 | Transporte de emulsão asfáltica RR-1C-E | 0,11 | T | R\$59,62 | R\$59,62 | 15,00% | R\$68,56 | R\$7,54 |
| 7.7 | Outros - 4011466 | Concreto asfáltico com asfalto polímero - faixa C - areia e brita comerciais | 38,96 | T | R\$197,79 | R\$197,79 | 20,62% | R\$238,57 | R\$9.294,69 |
| 7.8 | Outros - 5915321 | Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia pavimentada | 1.685,89 | TXKM | R\$0,48 | R\$0,48 | 20,62% | R\$0,58 | R\$977,82 |
| 7.9 | Outros - CPU1374 | Aquisição e fornecimento de cimento asfáltico de petróleo com polímero CAP 60/85-E ANP JANEIRO 2022 | 4,41 | T | R\$6.127,40 | R\$6.127,40 | 15,00% | R\$7.046,51 | R\$31.075,11 |

| | | | | | | | | | |
|----------|------------------|--|----------|------|-------------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 7.10 | Outros - CPU1375 | Transporte de cimento asfáltico CAP 60/85-E | 4,41 | T | R\$449,68 | R\$449,68 | 15,00% | R\$517,13 | R\$2.280,54 |
| 7.11 | Outros - 4011461 | Concreto asfáltico com asfalto polímero - faixa B - areia e brita comerciais | 35,97 | T | R\$186,18 | R\$186,18 | 20,62% | R\$224,57 | R\$8.077,78 |
| 8 | | Reparo Localizado Superficial - 3,5cm | | | | | | | R\$304.893,54 |
| 8.1 | Outros - 4011352 | Imprimação com emulsão asfáltica | 1.773,93 | M2 | R\$0,38 | R\$0,38 | 20,62% | R\$0,46 | R\$816,01 |
| 8.2 | Outros - CPU413 | Aquisição e Fornecimento de Emulsão Asfáltica para imprimação (EAI) - ANP JANEIRO/2022 | 2,31 | T | R\$3.454,07 | R\$3.454,07 | 15,00% | R\$3.972,18 | R\$9.175,74 |
| 8.3 | Outros - CPU416 | Transporte de emulsão asfáltica para serviço de imprimação (EAI) | 2,31 | T | R\$59,62 | R\$59,62 | 15,00% | R\$68,56 | R\$158,37 |
| 8.4 | Outros - 4011354 | Pintura de ligação - emulsão com polímero | 1.773,93 | M2 | R\$0,26 | R\$0,26 | 20,62% | R\$0,31 | R\$549,92 |
| 8.5 | Outros - CPU1190 | Aquisição e Fornecimento de Emulsão Asfáltica de Ruptura Rápida RR-1C-E ANP JANEIRO 2022 | 0,8 | T | R\$4.637,52 | R\$4.637,52 | 15,00% | R\$5.333,15 | R\$4.266,52 |
| 8.6 | Outros - CPU1193 | Transporte de emulsão asfáltica RR-1C-E | 0,8 | T | R\$59,62 | R\$59,62 | 15,00% | R\$68,56 | R\$54,85 |
| 8.7 | Outros - 4011466 | Concreto asfáltico com asfalto polímero - faixa C - areia e brita comerciais | 416,16 | T | R\$197,79 | R\$197,79 | 20,62% | R\$238,57 | R\$99.283,29 |
| 8.8 | Outros - 5915321 | Transporte com caminhão basculante de 14 m ³ - rodovia pavimentada | 9.363,69 | TXKM | R\$0,48 | R\$0,48 | 20,62% | R\$0,58 | R\$5.430,94 |

| | | | | | | | | | |
|-----------|------------------|---|-----------|------|-------------|-------------|--------|-------------|----------------------|
| 8.9 | Outros - CPU1374 | Aquisição e fornecimento de cimento asfáltico de petróleo com polímero CAP 60/85-E ANP JANEIRO 2022 | 24,48 | T | R\$6.127,40 | R\$6.127,40 | 15,00% | R\$7.046,51 | R\$172.498,56 |
| 8.10 | Outros - CPU1375 | Transporte de cimento asfáltico CAP 60/85-E | 24,48 | T | R\$449,68 | R\$449,68 | 15,00% | R\$517,13 | R\$12.659,34 |
| 9 | | TERRAPLENAGEM | | | | | | | R\$123.333,39 |
| 9.1 | Outros - 5502113 | Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 800 a 1.000 m - caminho de serviço em leito natural - com escavadeira e caminhão basculante de 14 m³ | 6542,26 | M3 | R\$6,28 | R\$6,28 | 20,62% | R\$7,57 | R\$49.524,90 |
| 9.2 | Outros - 5915321 | Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia pavimentada | 127256,02 | TXKM | R\$0,48 | R\$0,48 | 20,62% | R\$0,58 | R\$73.808,49 |
| 10 | | Baias de Ônibus | | | | | | | R\$413.654,53 |
| 10.1 | Outros - 4011209 | Regularização do subleito | 1361,8 | M2 | R\$0,92 | R\$0,92 | 20,62% | R\$1,11 | R\$1.511,60 |
| 10.2 | Outros - 4011278 | Base ou sub-base de brita graduada tratada com cimento com brita comercial | 280 | M3 | R\$233,88 | R\$233,88 | 20,62% | R\$282,11 | R\$78.990,80 |
| 10.3 | Outros - CPU1350 | Aplicação de lona plástica para execução de pavimento de concreto. AF_11/2017 (Cód. SINAPI 97113M) | 1361,8 | M2 | R\$1,53 | R\$1,53 | 20,62% | R\$1,85 | R\$2.519,33 |
| 10.4 | Outros - 4011520 | Pavimento de concreto com equipamento de pequeno porte - areia e brita comerciais | 240,00 | M3 | R\$439,51 | R\$439,51 | 20,62% | R\$530,14 | R\$127.233,60 |

| | | | | | | | | | |
|-------|------------------|---|----------|----|-----------|-----------|--------|-----------|--------------|
| 10.5 | Outros - 2003866 | Aplicação de geotêxtil não-tecido agulhado com resistência à tração longitudinal de 14 kN/m | 1361,8 | M2 | R\$7,96 | R\$7,96 | 20,62% | R\$9,60 | R\$13.073,28 |
| 10.6 | Outros - CPU1351 | Barras de transferência, aço CA-25 de 25,0 mm, para execução de pavimento de concreto, fornecimento e instalação. AF_11/2017 (Cód. 97118M SINAPI) | 1.236,00 | KG | R\$10,53 | R\$10,53 | 20,62% | R\$12,70 | R\$15.697,20 |
| 10.7 | Outros - 97120M | BARRAS DE LIGAÇÃO, AÇO CA-50 DE 10 MM, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO DE CONCRETO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2017 | 380 | KG | R\$12,31 | R\$12,31 | 20,62% | R\$14,85 | R\$5.643,00 |
| 10.8 | Outros - 408067 | Tela de aço eletrosoldada - fornecimento, preparo e colocação | 3.168,00 | KG | R\$9,48 | R\$9,48 | 20,62% | R\$11,43 | R\$36.210,24 |
| 10.9 | Outros - 4011537 | Serragem de juntas em pavimento de concreto, limpeza e enchimento com selante a frio | 336 | M | R\$11,38 | R\$11,38 | 20,62% | R\$13,73 | R\$4.613,28 |
| 10.10 | Outros - 3106121 | Fôrmas de tábuas de pinho - utilização de 3 vezes - confecção, instalação e retirada | 11,94 | M2 | R\$85,50 | R\$85,50 | 20,62% | R\$103,13 | R\$1.231,37 |
| 10.11 | Outros - CPU1445 | Piso podotátil, alerta (13-02-47M SEINFRA-SP) | 19,28 | M2 | R\$149,64 | R\$149,64 | 20,62% | R\$180,50 | R\$3.480,04 |
| 10.12 | Outros - CPU1446 | Piso podotátil, direcional (13-02-47 SEINFRA-SP) | 10,69 | M2 | R\$149,64 | R\$149,64 | 20,62% | R\$180,50 | R\$1.929,55 |

| | | | | | | | | | |
|-----------|-------------------|---|---------|------|-----------|-----------|--------|-----------|---------------------|
| 10.13 | Outros - 94273M | ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016 | 1090,33 | M | R\$51,36 | R\$51,36 | 20,62% | R\$61,95 | R\$67.545,94 |
| 10.14 | Outros - 83693M | Caiação em meio fio | 851,52 | M2 | R\$3,94 | R\$3,94 | 20,62% | R\$4,75 | R\$4.044,72 |
| 10.15 | Outros - 4915787M | Remoção de Abrigo de Ônibus - carga e descarga com guindauto | 11,55 | T | R\$239,85 | R\$239,85 | 20,62% | R\$289,31 | R\$3.341,53 |
| 10.16 | Outros - 5914479 | Transporte com caminhão carroceria de 15 t - rodovia pavimentada | 145,33 | TXKM | R\$0,66 | R\$0,66 | 20,62% | R\$0,80 | R\$116,26 |
| 10.17 | Outros - 94992M | EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_07/2016 | 395,85 | M2 | R\$97,33 | R\$97,33 | 20,62% | R\$117,40 | R\$46.472,79 |
| 11 | | Drenagem | | | | | | | R\$40.390,75 |
| 11.1 | Outros - 2003385 | Entrada para descida d'água - EDA 01 - areia e brita comerciais | 116 | UN | R\$46,75 | R\$46,75 | 20,62% | R\$56,39 | R\$6.541,24 |

| | | | | | | | | | |
|-----------|------------------|---|---------|------|-----------|-----------|--------|-----------|---------------------|
| 11.2 | Outros - 2003387 | Entrada para descida d'água - EDA 02 - areia e brita comerciais | 8,00 | UN | R\$57,87 | R\$57,87 | 20,62% | R\$69,80 | R\$558,40 |
| 11.3 | Outros - 4915777 | Reassentamento manual de meio fio com material arrancado da pista | 2315,74 | M | R\$11,91 | R\$11,91 | 20,62% | R\$14,37 | R\$33.277,18 |
| 11.4 | Outros - 5914479 | Transporte com caminhão carroceria de 15 t - rodovia pavimentada | 17,41 | TXKM | R\$0,66 | R\$0,66 | 20,62% | R\$0,80 | R\$13,93 |
| 12 | | Sinalização | | | | | | | R\$81.887,37 |
| 12.1 | Outros - 5213408 | Pintura de faixa com termoplástico por aspersão - espessura de 1,5 mm | 813,97 | M2 | R\$39,71 | R\$39,71 | 20,62% | R\$47,90 | R\$38.989,16 |
| 12.2 | Outros - 5213359 | Tacha refletiva em plástico injetado - monodirecional tipo I - com um pino - fornecimento e colocação | 139 | UN | R\$17,84 | R\$17,84 | 20,62% | R\$21,52 | R\$2.991,28 |
| 12.3 | Outros - 5213360 | Tacha refletiva em plástico injetado - bidirecional tipo I - com um pino - fornecimento e colocação | 252 | UN | R\$19,42 | R\$19,42 | 20,62% | R\$23,42 | R\$5.901,84 |
| 12.4 | Outros - 5213362 | Tachão refletivo em plástico injetado - bidirecional - fornecimento e colocação | 57 | UN | R\$77,36 | R\$77,36 | 20,62% | R\$93,31 | R\$5.318,67 |
| 12.5 | Outros - 5213409 | Pintura de setas e zebados com termoplástico por extrusão - espessura de 3,0 mm | 88,36 | M2 | R\$74,96 | R\$74,96 | 20,62% | R\$90,42 | R\$7.989,51 |
| 12.6 | Outros - 5213442 | Placa de regulamentação em aço D = 1,00 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação | 5 | UN | R\$504,98 | R\$504,98 | 20,62% | R\$609,11 | R\$3.045,55 |

| | | | | | | | | | |
|-------|------------------|--|------|----|-----------|-----------|--------|-----------|-------------|
| 12.7 | Outros - 5213865 | Suporte metálico galvanizado para placa de advertência ou regulamentação - lado ou diâmetro de 1,00 m - fornecimento e implantação | 5 | UN | R\$430,80 | R\$430,80 | 20,62% | R\$519,63 | R\$2.598,15 |
| 12.8 | Outros - 5213473 | Placa de marco quilométrico em aço - 0,70 x 1,00 m - película retrorrefletiva tipo I + III - fornecimento e implantação | 2 | UN | R\$323,02 | R\$323,02 | 20,62% | R\$389,63 | R\$779,26 |
| 12.9 | Outros - 5213867 | Suporte metálico galvanizado para marco quilométrico - fornecimento e implantação | 2 | UN | R\$471,65 | R\$471,65 | 20,62% | R\$568,90 | R\$1.137,80 |
| 12.10 | Outros - 5213571 | Placa em aço - película I + III - fornecimento e implantação | 8,33 | M2 | R\$415,67 | R\$415,67 | 20,62% | R\$501,38 | R\$4.176,50 |
| 12.11 | Outros - 5213863 | Suporte metálico galvanizado para placa de advertência ou regulamentação - lado ou diâmetro de 0,60 m - fornecimento e implantação | 12 | UN | R\$380,58 | R\$380,58 | 20,62% | R\$459,06 | R\$5.508,72 |
| 12.12 | Outros - 5213450 | Placa de regulamentação em aço, R2 lado 1,00 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação | 2 | UN | R\$320,99 | R\$320,99 | 20,62% | R\$387,18 | R\$774,36 |
| 12.13 | Outros - 5213861 | Suporte metálico galvanizado para placa de regulamentação - R2 - lado de 1,00 m - fornecimento e implantação | 2 | UN | R\$413,37 | R\$413,37 | 20,62% | R\$498,61 | R\$997,22 |
| 12.14 | Outros - 5213458 | Placa de regulamentação em fibra, R1 lado 0,414 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação | 1 | UN | R\$469,41 | R\$469,41 | 20,62% | R\$566,20 | R\$566,20 |

| | | | | | | | | | |
|-------|------------------|--|---|----|-----------|-----------|--------|--------------|------------------------|
| 12.15 | Outros - 5213857 | Suporte metálico galvanizado para placa de regulamentação - R1 - lado de 0,414 m - fornecimento e implantação | 1 | UN | R\$366,84 | R\$366,84 | 20,62% | R\$442,48 | R\$442,48 |
| 12.16 | Outros - 5213479 | Placa delineador em fibra - 0,30 x 0,90 m - película retrorrefletiva tipo I + IV - fornecimento e implantação | 1 | UN | R\$125,22 | R\$125,22 | 20,62% | R\$151,04 | R\$151,04 |
| 12.17 | Outros - 5213865 | Suporte metálico galvanizado para placa de advertência ou regulamentação - lado ou diâmetro de 1,00 m - fornecimento e implantação | 1 | UN | R\$430,80 | R\$430,80 | 20,62% | R\$519,63 | R\$519,63 |
| | | | | | | | | TOTAL | R\$8.386.326,92 |

ANEXO IX
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

| Frete de Serviço | Macrosserviço | Valores Totais (R\$) | Parcela 1 | Parcela 2 | Parcela 3 |
|------------------|---|----------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| 1 | Canteiro de Obras | R\$259.762,52 | R\$259.762,52 | | |
| 2 | Manutenção de Canteiro | R\$1.573,97 | R\$524,76 | R\$524,61 | R\$524,60 |
| 3 | Administração Local | R\$265.301,55 | R\$51.627,68 | R\$84.365,89 | R\$129.307,98 |
| 4 | Serviços Preliminares | R\$177.352,41 | R\$177.352,41 | | |
| 5 | Reconstrução de Pavimento | R\$5.362.192,43 | | R\$2.681.096,22 | R\$2.681.096,22 |
| 6 | Reciclagem de Pavimento (RCG) | R\$1.302.154,15 | R\$1.302.154,15 | | |
| 7 | Reparo Localizado Superficial (RLS) - 6,0cm | R\$53.830,31 | | | R\$53.830,31 |
| 8 | Reparo Localizado Superficial - 3,5cm | R\$304.893,54 | | | R\$304.893,54 |
| 9 | Terraplenagem | R\$123.333,39 | R\$9.866,67 | R\$56.733,36 | R\$56.733,36 |
| 10 | Baias de Ônibus | R\$413.654,53 | | | R\$413.654,53 |
| 11 | Drenagem | R\$40.390,75 | | | R\$40.390,75 |
| 12 | Sinalização | R\$81.887,37 | | | R\$81.887,37 |
| Total | | R\$8.386.326,92 | R\$1.801.288,19 | R\$2.822.720,08 | R\$3.762.318,65 |

| Nº do Macrosserviço | Macrosserviço | Preço Total | Nº da Parcela | Parcela | Percentual Parcela | Percentual Acumulado | Valor Acumulado |
|---------------------|------------------------|---------------|---------------|---------|--------------------|----------------------|-----------------|
| 1 | CANTEIRO DE OBRAS | R\$259.762,52 | | | | | |
| | | | 1 | out/22 | 100,00% | 100,00% | R\$259.762,52 |
| | | | 2 | nov/22 | 0,00% | 100,00% | R\$259.762,52 |
| | | | 3 | dez/22 | 0,00% | 100,00% | R\$259.762,52 |
| 2 | MANUTENÇÃO DE CANTEIRO | R\$1.573,97 | | | | | |
| | | | 1 | out/22 | 33,34% | 33,34% | R\$524,76 |
| | | | 2 | nov/22 | 33,33% | 66,67% | R\$1.049,37 |

| | | | | | | | |
|---|---|-----------------|---|--------|---------|---------|-----------------|
| | | | 3 | dez/22 | 33,33% | 100,00% | R\$1.573,97 |
| 3 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | R\$265.301,55 | | | | | |
| | | | 1 | out/22 | 19,46% | 19,46% | R\$51.627,68 |
| | | | 2 | nov/22 | 31,80% | 51,26% | R\$135.993,57 |
| | | | 3 | dez/22 | 48,74% | 100,00% | R\$265.301,55 |
| 4 | SERVIÇOS PRELIMINARES | R\$177.352,41 | | | | | |
| | | | 1 | out/22 | 100,00% | 100,00% | R\$177.352,41 |
| | | | 2 | nov/22 | 0,00% | 100,00% | R\$177.352,41 |
| | | | 3 | dez/22 | 0,00% | 100,00% | R\$177.352,41 |
| 5 | RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO | R\$5.362.192,43 | | | | | |
| | | | 1 | out/22 | 0,00% | 0,00% | R\$0,00 |
| | | | 2 | nov/22 | 50,00% | 50,00% | R\$2.681.096,22 |
| | | | 3 | dez/22 | 50,00% | 100,00% | R\$5.362.192,43 |
| 6 | RECICLAGEM DE PAVIMENTO (RCG) | R\$1.302.154,15 | | | | | |
| | | | 1 | out/22 | 100,00% | 100,00% | R\$1.302.154,15 |
| | | | 2 | nov/22 | 0,00% | 100,00% | R\$1.302.154,15 |
| | | | 3 | dez/22 | 0,00% | 100,00% | R\$1.302.154,15 |
| 7 | REPARO LOCALIZADO SUPERFICIAL (RLS) - 6,0cm | R\$53.830,31 | | | | | |
| | | | 1 | out/22 | 0,00% | 0,00% | R\$0,00 |
| | | | 2 | nov/22 | 0,00% | 0,00% | R\$0,00 |
| | | | 3 | dez/22 | 100,00% | 100,00% | R\$53.830,31 |
| 8 | REPARO LOCALIZADO SUPERFICIAL (RLS) 3,5CM | R\$304.893,54 | | | | | |
| | | | 1 | out/22 | 0,00% | 0,00% | R\$0,00 |
| | | | 2 | nov/22 | 0,00% | 0,00% | R\$0,00 |
| | | | 3 | dez/22 | 100,00% | 100,00% | R\$304.893,54 |
| 9 | TERRAPLENAGEM | R\$123.333,39 | | | | | |
| | | | 1 | out/22 | 8,00% | 8,00% | R\$9.866,67 |
| | | | 2 | nov/22 | 46,00% | 54,00% | R\$66.600,03 |

| | | | | | | | |
|----|--------------------------------|---------------|---|--------|---------|---------|---------------|
| | | | 3 | dez/22 | 46,00% | 100,00% | R\$123.333,39 |
| 10 | IMPLANTAÇÃO DE BAIAS DE ÔNIBUS | R\$413.654,53 | | | | | |
| | | | 1 | out/22 | 0,00% | 0,00% | R\$0,00 |
| | | | 2 | nov/22 | 0,00% | 0,00% | R\$0,00 |
| | | | 3 | dez/22 | 100,00% | 100,00% | R\$413.654,53 |
| 11 | DRENAGEM | R\$40.390,75 | | | | | |
| | | | 1 | out/22 | 0,00% | 0,00% | R\$0,00 |
| | | | 2 | nov/22 | 0,00% | 0,00% | R\$0,00 |
| | | | 3 | dez/22 | 100,00% | 100,00% | R\$40.390,75 |
| 12 | SINALIZAÇÃO | R\$81.887,37 | | | | | |
| | | | 1 | out/22 | 0,00% | 0,00% | R\$0,00 |
| | | | 2 | nov/22 | 0,00% | 0,00% | R\$0,00 |
| | | | 3 | dez/22 | 100,00% | 100,00% | R\$81.887,37 |

| N° da Parcela | Parcela | Percentual Parcela Aproximado | Percentual Acumulado Aproximado | Valor Acumulado |
|---------------|---------|-------------------------------|---------------------------------|-----------------|
| 1 | out/22 | 21,48% | 21,48% | R\$1.801.288,19 |
| 2 | nov/22 | 33,66% | 55,14% | R\$4.624.008,27 |
| 3 | dez/22 | 44,86% | 100,00% | R\$8.386.326,92 |

ANEXO X
MINUTA DE CONTRATO

MINUTA (Termo de Referência Restauração do Pavimento Recanto das Emas - SEI/GDF [93897843](#))

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N° 0xx/2022 - DER/DF, NOS TERMOS DO PADRÃO N° 09/2002.

O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF E A EMPRESA xxx, CELEBRAM O CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTO DA DF-001 - RECANTO DAS EMAS - TRECHO DE 1,106KM.

PROCESSO SEI/GDF N° [00113-00015171/2022-99](#)

Por intermédio do Processo Eletrônico SEI-GDF n° [00113-00015171/2022-99](#), os **CONTRATANTES** celebram o presente **Contrato n.º 0xx/2022-DER/DF**, mediante as seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. CONTRATANTE: O DISTRITO FEDERAL, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL**, inscrito no CNPJ sob o n° 00.070.532/0001-03, com sede no Setor de Administração Municipal - SAM, Bloco “C”, Edifício Sede do DER/DF, Setores Complementares, CEP: 70620-030, Brasília/DF, representado pelo Senhor Presidente do DER/DF - Substituto, Engenheiro Civil **FÁBIO CARDOSO DA SILVA**, Carteira CREA n° 7859/D-DF, Registro Nacional n° 0702111660, CPF 334.477.991-53, nomeado pelo Decreto de 03/01/2019, publicado no DODF n° 3, de 04/01/2019, página 12 e de acordo com a delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, conforme art. 31 do Decreto n° 32.598/2010, doravante denominada simplesmente "**DER/DF**"; e

1.2. CONTRATADA: a empresa **xxx**, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º xxx**, com sede na xxx - CEP: xxx, Tel.: (xx) xxx - E-mail: xxx, neste ato devidamente representada nos termos de seu Contrato Social (SEI/GDF xxx) por seu representante **xxx**, doravante denominada simplesmente "**XXX**";

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do **Edital de xxx nº 0xx/20xx** (SEI/GDF xxx), da **Proposta de Preços** (SEI/GDF xxx), de xxx/xx/20xx e da [Lei nº 8.666/1993](#).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O Contrato tem por objeto a **execução de obras de restauração de pavimento da DF-001 - Recanto das Emas**, BR-060 - DF-065 (Estacas 00 a 55+6 do Subtrecho 240 do BRT Sudoeste), consoante as informações contidas no **Edital de xx nº 0xx/20xx** (SEI/GDF xxx) e seus anexos e na **Proposta de Preços** (SEI/GDF xxx), de xx/xx/20xx, que passam a integrar o presente Termo, independente de sua transcrição.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de **empreitada por preço unitário**, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da [Lei nº 8.666/1993](#).

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O **valor total da contratação** é de **R\$ xxx**, devendo a ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente - [Lei nº 7.061/2022](#) - LOA, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária (SEI/GDF [93909805](#) e [93910758](#)), consignadas no orçamento corrente - [Lei nº 7.061, de 07/01/2022](#), enquanto a parcela remanescente poderá custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s):

I - Unidade Orçamentária: 26.205;

II - Programa de Trabalho: 26.782.6216.1475.1199 (**) - Recuperação de rodovias - recuperação e melhoramento - Distrito Federal

III - Natureza da Despesa: 44.90.51;

IV - Fonte de Recursos: 732 – Contrato de Repasse nº 904395/2020/MDR/CAIXA.

6.2. O **empenho inicial no valor de R\$ xxx** (por extenso), autorizado pela autoridade competente (SEI/GDF xxx), será emitido em momento oportuno e de acordo com a solicitação do **Fiscal do Contrato**, nos termos do [Decreto nº 32.598/2010](#) e da [Lei nº 4.320/1964](#).

6.3. O DER/DF poderá utilizar as fontes de recursos 100, 135, 161, 183, 220, 221, 237, 248, 232, 321, 335, 437, 448, 732 dentre outras que forem autorizadas para fins de pagamento da despesa.

6.4. As despesas do exercício subsequente correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício, ficando condicionadas à previsão na LOA e à disponibilidade suficiente de caixa, de acordo com o artigo 42, da [Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000](#).

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

7.1. Os **preços unitários**, por item de execução, são os resultantes da aplicação do **coeficiente “K” de 0,xxx (por extenso)**, proposto sobre os custos indicados no orçamento sintético estimativo do DER.

7.2. O **Cronograma Físico-Financeiro**, apresentado pela **CONTRATADA** em seu envelope contendo **Proposta de Preços** (SEI/GDF xxx), de xx/xx/20xx que passa a fazer parte do presente Termo Contratual, na forma de Anexo Único.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Os **preços** objeto deste contrato **serão fixos e irreajustáveis** pelo período de **12 (doze) meses**, a **contar da data-base do orçamento**, de **01/07/2022**, exceto, para as hipóteses de **reequilíbrio/revisão dos preços**, previsto no art. 65, alínea "d", da [Lei n.º 8.666/1993](#).

8.2. Será assegurada a **manutenção do equilíbrio econômico-financeiro** do contrato após o **interregno mínimo de 12 (doze) meses**, de acordo com art. 28, da [Lei Federal nº 9.069, de 29/06/1995](#) e art. 2º da [Lei Federal nº 10.192, de 14/02/2001](#).

8.2.1. O **reequilíbrio/revisão** dos preços objeto do contrato ocorrerá a qualquer momento, mediante solicitação da **CONTRATADA**, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do art. 65, alínea "d", da [Lei n.º 8.666/1993](#).

8.2.2. O **reajuste em sentido estrito** do preço global, dos preços unitários, dos preços dos insumos de serviços ou do saldo contratual, conforme o caso, será efetuado com base na variação do [Índices de Reajustamentos de Obras Rodoviárias](#), publicado pelo DNIT/FGV, **acumulado em 12 (doze) meses**, a **contar da data-base**, de **01/07/2022**, do **orçamento estimado do DER/DF** (SEI/GDF

[93664793](#)), conforme orientação da PROJUR/DF (SEI/GDF [77613170](#)), adotando a metodologia definida na [Instrução Normativa nº 59/DNIT SEDE, de 17/09/2021](#) e suas alterações posteriores, e nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

8.3. Os reajustes terão seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos dos itens acima, desta cláusula.

8.4. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da **CONTRATADA**.

8.5. O reajustamento de preços será precedido de requerimento da **CONTRATADA**, não podendo ser concedido de ofício pelo **DER/DF**, nos termos da [Decisão TCDF nº. 746/2018](#).

8.5.1. Caso a **CONTRATADA** não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

8.5.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajustamento quando este for requerido após a extinção do contrato.

8.5.3. A inércia da **CONTRATADA** em ressaltar seu direito ou em solicitar o reajuste, antes do prazo estipulado, implicará a preclusão do direito ao reajuste.

8.5.4. A **CONTRATADA** poderá renunciar ou negociar, por expresso, com a **CONTRATANTE**, o seu direito a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, com vistas a assegurar a vantajosidade dos preços e condições mais vantajosas para o **DER/DF**, nos termos do [Decreto n.º 39.624, de 09/01/2019](#).

8.5.5. O **DER/DF** poderá adotar os procedimentos e critérios para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro por meio da revisão/reequilíbrio (REF), adotando a metodologia definida na [Resolução/DNIT Nº 13, de 02/06/2021](#) e suas alterações posteriores, bem como na [Instrução Normativa nº 11, de 06/10/2021 - DER/DF](#).

8.6. O percentual final do reajuste não poderá ultrapassar o percentual limite de crescimento da despesa pública para o exercício, fixado nos termos do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016.

8.7. O reajustamento de preços poderá ser formalizado por termo de apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O **pagamento** dar-se-á na forma do artigo 40, XIV, alínea “a”, da [Lei n.º 8.666/1993](#) c/c o art. 63 a 72, [Decreto n.º 32.598, de 15/12/2010](#), e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da [Instrução Normativa n.º 5, de 26/05/2017 - SG/MPDG](#), podendo ocorrer em até 30 (trinta) dias, contados da data de expedição do Atestado de

Execução pelo Fiscal do Contrato ou pela unidade Gestora da Execução do Contrato, através do BRB - Banco de Brasília S/A, via conta única do GDF.

9.2. Para a **liquidação**, as faturas/notas fiscais serão apresentadas devidamente acompanhadas das **certidões de regularidade fiscal e trabalhista**, em **plena validade**, nos termos do artigo 29, da [Lei n.º 8.666/1993](#) c/c o art. 56 a 62, do [Decreto n.º 32.598, de 15/12/2010](#), dentre elas:

- I - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- II - Certidão Negativa de Débitos da Secretaria de Estado de Economia - GDF;
- III - Certidão Negativa de Dívida Ativa a Secretaria de Estado de Economia - GDF;
- IV - Certidão de Regularidade Fiscal perante o FGTS;
- V - Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Pública Federal - PGFN;
- VI - Certidão Negativa de Débitos Estadual (credor de outro estado);
- VII - Certidão Negativa de Débitos Municipal (credor de outro estado);
- VIII - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

9.3. A **CONTRATADA** deverá comprovar, para fins de pagamento, **o(s) registro(s) de Responsabilidade Técnica – RT** ([CAU - RRT](#), [CONFEA/CREA - ART](#) e [CFT/CRT - TRT](#)) **no(s) respectivo(s) conselho(s) profissional(is)**, pelo(s) serviço(s) objeto do presente Contrato, entre outros, caso seja, necessário.

9.4. O **DER/DF** pagará à **CONTRATADA**, pelos serviços efetivamente executados, os preços integrantes da proposta de preços aprovada.

9.5. Fica expressamente estabelecido que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços de acordo com as condições previstas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração aos trabalhos contratados e executados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PRAZOS

10.1. O **prazo de vigência** do contrato é de **12 (doze) meses**, a contar da data do último signatário a assinar e sua eficácia com a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Distrito Federal - **DODF**.

10.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme art. 57, inciso I da [Lei n.º 8.666/1993](#) e Orientação Normativa AGU n.º 39, de 13/12/2011.

10.2. O **prazo de execução** deste contrato é de **90 (noventa) dias consecutivos**, a contar da data prevista no item abaixo.

10.2.1. A execução dos serviços será iniciada, contados da **data de publicação no DODF** ou de **data expressa na Ordem de Serviço – OS** de **Autorização de Início**, cujas etapas observarão o

cronograma fixado no Termo de Referência e/ou na **Proposta de Preços** (SEI/GDF xxx), de xx/xx/20xx.

10.3. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 57, §1º, da [Lei n.º 8.666/1993](#), desde que haja autorização formal da autoridade competente e desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.4. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

10.5. A paralisação, autorização de reinício e/ou prorrogação do prazo de execução poderão ser realizadas por meio de Ordem de Serviço - OS publicada em DODF, mediante solicitação e justificativa do Fiscal do Contrato e autorização da autoridade competente do **DER/DF**, desde que o contrato esteja vigente e ocorra algum dos motivos, previsto no art. 57, §1º da [Lei n.º 8.666/1993](#).

10.6. Ocorrendo impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo, nos termos do art. 79, §5º da [Lei n.º 8.666/1993](#).

10.7. A contagem dos prazos deste contrato deve ser feita de data a data, nos termos do art. 132, §3º do Código Civil e a disciplina da Lei nº 810, de 1949, conforme determina o art. 54 da [Lei n.º 8.666/1993](#).

10.8. O citado Termo assinado de forma eletrônica, considerar-se-á para efeito de início da vigência, a data em que o último signatário a assinar, no caso em que não houver data citada.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. A **CONTRATADA** deverá enviar ao e-mail gecon@der.df.gov.br e dicoc@der.df.gov.br, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado da data de assinatura, comprovante de prestação de garantia de **5% (cinco por cento)** do valor deste contrato, no valor de **R\$ xxx** (por extenso) com validade igual ou superior a vigência do Contrato.

11.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo os dois primeiros ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária.

11.3. Toda e qualquer garantia prestada pela **CONTRATADA**:

I - quando em dinheiro, a garantia será liberada ou restituída, atualizada monetariamente, pela autoridade competente do DER/DF, somente após a emissão do atestado de recebimento definitivo do objeto contratado, pelo Fiscal do Contrato ou Comissão, nos termos do art. 73, c/c art. 56, §4º, todos da Lei n.º 8.666/1993;

II - quando em dinheiro, poderá ser substituída a qualquer tempo por umas das modalidades previstas no item 11.2, e a garantia será liberada ou restituída, atualizada monetariamente, em até 15 (quinze) dias úteis, a partir da vigência da nova garantia.

III – o **DER/DF** poderá utilizar a Garantia Contratual para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de **15 (quinze) dias** corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

IV - ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

11.4. Caso a **CONTRATADA** opte pela caução em dinheiro, a empresa deverá realizar TED ou depósito para o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, CNPJ 00.070.532/0001-03, no Banco Regional de Brasília (BRB) Agência 00146; Conta 835109-2.

11.5. A **CONTRATADA** garante, por 5 (cinco) anos, a solidez e segurança do trabalho, compreendido, também, o material empregado.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE

12.1. O DER/DF responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

13.1. A Contratada fica obrigada a apresentar, ao DER/DF:

I - até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II - comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

13.2. Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

13.3. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

13.4. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1. O objeto do presente contrato será recebido, após efetuada a limpeza total da área envolvida e formalmente comunicado ao DER/DF:

I – Em **caráter provisório**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até **15 (quinze)** dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**;

II – Em **caráter definitivo**, por um servidor ou comissão, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após decorridos **90 (noventa)** dias, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais;

14.2. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil pela segurança dos serviços, consoante Artigo 618 do [Código Civil](#), nem a ética profissional pela perfeita execução do Contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da [Lei n.º 8.666/1993](#), bem como do ANEXO X da [Instrução Normativa n.º 5, de 26/05/2017 - SG/MPDG](#), vedada a modificação do objeto.

15.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

15.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença

percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da [Constituição Federal](#) e aos arts. 14 e 15 do [Decreto n.º 7.983, de 08/04/2013](#).

15.4. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, a inclusão de programas de trabalho, fontes de recursos e a correção por de informação por erro material, poderá ser realizado por simples Termo de Apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

16.1. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a **CONTRATADA** as sanções prevista no [Decreto n.º 26.851/2006](#) e suas alterações posteriores, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da [Lei n.º 8.666/1993](#), facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DISSOLUÇÃO

17.1. O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, II c/c § 1º da [Lei n.º 8.666/1993](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

18.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

I - por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da [Lei n.º 8.666/1993](#), e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

II - amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da [Lei n.º 8.666/1993](#).

18.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.

18.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da [Lei n.º 8.666/1993](#).

18.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - Indenizações e multas.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

19.1. Os débitos da **CONTRATADA** para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

20.1. O **DER/DF** designará com a publicação de **Ordem de Serviço** no **Diário Oficial do Distrito Federal – DODF** o(s) **Fiscal(is) de Contrato** ou **Comissão**, que desempenhará as atividades de Gestão e Fiscalização da Execução do Contrato, nos termos do [Decreto nº 32.598/2010](#), da [IN nº 5/2017 - SEGES/MPDG](#), aplicada ao Distrito Federal por força do [Decreto nº 38.934/2018](#).

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

21.1. A **CONTRADADA** deverá encaminhar ao Fiscal do Contrato no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** a relação do(s) Responsável(is) Técnico(s) e o(s) registro(s) de Responsabilidade Técnica - RT (CAU - RRT, CONFEA/CREA - ART e CFT/CRT - TRT, etc.) no(s) respectivo(s) conselho(s) profissional(is), pelos serviços objeto do presente Contrato.

21.1.1. O descumprimento injustificável no item acima ensejará a **CONTRATADA** as sanções previstas Cláusula Décima Sexta - Das Sanções, deste contrato.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

22.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

23.1. A **CONTRATADA** deverá enviar ao e-mail gecon@der.df.gov.br e dicoc@der.df.gov.br, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado da data de assinatura, o **Relatório de Perfil** e do **Relatório de Conformidade**, conforme modelo previsto nos **Anexos I e II** do [Decreto nº 40.388/2020](#), para fins de comprovação da implementação do **Programa de Integridade**.

23.2. A exigência do item acima aplica-se apenas para a contratação com valor global igual ou superior a **R\$ 5.000.000,00** (cinco milhões de reais).

23.2.1. O descumprimento das exigências poderá o **DER/DF** aplicar à **CONTRATADA** multa equivalente a 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, nos termos do art. 8º, da [Lei nº 6.112/2018](#) e alterado pela [Lei nº 6.308/2019](#).

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO REGIME DE CONSÓRCIO

24.1. Não será permitido consórcio.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. A critério exclusivo do DER-DF e mediante prévia e expressa autorização da Diretoria Colegiada do DER-DF, sob proposta da Superintendência interessada, o contrato poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30%, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

26.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA OUVIDORIA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

27.1. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060, de acordo com o [Decreto nº 34.031/2012](#).

Por estarem assim justas e de acordo, para a firmeza e validade do que ficou estipulado em suas cláusulas, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, como usuário externo ao SEI-GDF, pelo site <https://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>, a qual, depois de lida, também, é datado e assinado eletronicamente por meio de *login* e senha, pelos representantes das partes.

**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO
DISTRITO FEDERAL - DER/DF**

ENG. CIVIL FÁBIO CARDOSO DA SILVA

Presidente do DER/DF - Substituto

Empresa

xxx

Nome do Representante Legal

[Documento datado e assinado eletronicamente, por meio de login e senha]